

QUANDO MEMÓRIA MATERIAL E DOCUMENTAÇÃO POPULAR IMPORTAM:

ESQUADRÃO DA MORTE NA DITATURA, TESTEMUNHO DE UMA IGREJA NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E INTENTONAS GOLPISTAS

When material memory and popular documentation matter: death squad during the dictatorship, testimony of a church in Brazil's redemocratization, and coup attempts

Rodrigo Rabello

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação,
Brasília, DF, Brasil
rdgrabello@unb.br

<https://orcid.org/0000-0001-7217-1608> 

RESUMO

Objetivo: Abordar a relevância da memória material e da documentação popular como meios para examinar a dimensão simbólica dos objetos e dos espaços de memória, visando o aprofundamento de uma cultura memorialística mais democrática e plural. E, em particular, explorar implicações políticas e epistemológicas envolvendo destinatários e protagonistas da memória material e da documentação popular no campo informacional.

Método: Recorre-se a fundamentações das ciências da informação e da documentação, dos estudos historiográficos e de pressupostos sobre patrimônio, além de memórias pessoais e relatos de experiências obtidos por meio de testemunhos orais e documentais, fundamentais para compreender a dissolução do Esquadrão da Morte durante a Ditadura Civil-Militar e explicitar o protagonismo de uma igreja – Paróquia Nossa Senhora Fátima, Guarulhos-SP – no processo de redemocratização do país. Ademais, estabelece-se uma relação entre estes acontecimentos da segunda metade do século XX com as intencionas golpistas ocorridas mais recentemente no Brasil.

Resultados: A atuação da igreja e da comunidade, bem como das instituições democráticas, demonstram seu protagonismo frente à cultura e ações autoritárias. Reconhece-se, por um lado, a importância das instituições tradicionais de informação, cultura e memória para atender às demandas da comunidade; por outro, observa-se que os ambientes informais de cultura, informação e memória tendem a se distinguir dos padrões de enquadramento das instituições tradicionais, proporcionando maior diálogo entre os membros da comunidade.

Conclusões: Destaca-se a importância da preservação e do acesso à memória em espaços como os centros de documentação popular. Os lugares de memória são propícios para promover reflexões, diálogos e ações de mediação com vistas ao aprofundamento de uma cultura democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Memória material. Documentação popular. Cultura material. Golpe Civil-Militar. Brasil.

ABSTRACT

Objective: Addressing the relevance of material memory and popular documentation as means to examine the symbolic dimension of objects and memory spaces, aiming for the deepening of a more democratic and pluralistic memorial culture. And, in particular, explore political and epistemological implications involving recipients and protagonists of material memory and popular documentation in the informational field.

Methods: Reference is made to foundations of information and documentation sciences, historiographical studies, and assumptions about heritage, as well as personal memories and accounts of experiences obtained through oral and documentary testimonies, crucial to understanding the dissolution of the Death Squad during the Civil-Military Dictatorship and to elucidate the protagonism of a church – Paróquia Nossa Senhora Fátima, Guarulhos-SP – in the country's democratization process. Additionally, a connection is established between these events from the second half of the 20th century and more recent coup attempts in Brazil.

Results: The role played by the church and the community, as well as democratic institutions, demonstrates their leadership in the face of authoritarian culture and actions. On one hand, the importance of traditional institutions of

information, culture, and memory in meeting community demands is acknowledged; on the other hand, it is observed that informal cultural, informational, and memory environments tend to differ from the framing standards of traditional institutions, fostering greater dialogue among community members.

Conclusions: The importance of preserving and accessing memory in spaces such as popular documentation centers is highlighted. Memory sites are conducive to promoting reflections, dialogues, and mediation actions aimed at deepening democratic culture.

KEYWORDS: Material memory. Popular documentation. Material culture. Civil-Military Coup. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

“Então, para que as pessoas recordam? Para restabelecer a verdade? A justiça? Pare se libertar e esquecer? Ou porque compreendem que participaram de um evento grandioso? [...] O que eu sinto... Eu me torturei e me revirei na memória, lembrei...”

Passagem atribuída a Piotr S., psicólogo, no livro *Vozes de Tchernóbil: Crônica do Futuro* (Companhia das Letras, 1.ed., 2016), da escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Aleksiévitch, Prêmio Nobel de Literatura em 2015.

O objetivo deste ensaio é discutir e suscitar reflexões sobre a relevância da memória material e da documentação popular como meio para examinar a dimensão simbólica dos objetos e dos espaços de memória, visando o aprofundamento de uma cultura memorialística mais democrática e plural. Ademais, o texto busca explorar implicações políticas e epistemológicas relacionadas aos destinatários desses instrumentos no âmbito informacional. Somado a isso, o ensaio aspira apresentar diversas camadas da memória, incorporando não apenas a experiência pessoal do autor, mas também contribuições de testemunhas para as reflexões.

A argumentação apresentada lança mão, como fio condutor narrativo, da atuação do Esquadrão da Morte durante a Ditadura Civil-Militar (1964-85) no Brasil, evidenciando o papel crucial desempenhado por uma igreja no desmantelamento desse grupo de extermínio. Além disso, expõe o envolvimento dessa igreja durante o processo de redemocratização do país, ao servir como um ponto de encontro e de articulação para a ação de religiosos e de ativistas de direitos humanos. Esses aspectos históricos, situados na segunda metade do século XX, possibilitaram tecer relações com as tentativas de golpe de Estado no Brasil ocorridas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).¹

¹ O contexto do presente estudo se situa entre os eventos relacionados ao golpe Civil-Militar de 1964, as formas de resistência a essa ditadura e as tentativas de golpe lideradas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, com o apoio de militares, políticos e de outros setores da sociedade civil. Essas investidas golpistas foram evidenciadas nos resultados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023, instalada no Congresso Federal em vinte e cinco de maio e cujo relatório foi aprovado em dezoito de outubro de 2023. A Comissão investigou as ações antidemocráticas de civis e militares bolsonaristas, incluindo as depredações das sedes dos Três Poderes da República em Brasília (Brasil, 2023).

Tais intentonas golpistas despertaram um pensamento compartilhado por muitos e que não é novidade: a convicção de que falhamos, como sociedade, ao não expor, pedagogicamente, as mazelas e horrores dos regimes de exceção, como os vivenciados recentemente no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar, ao não punir os agentes repressores do Estado, bem como não trabalhar com a sensibilização da população acerca do perigo do retorno da extrema direita ao poder. O ano de 2024 tende a ser um momento referencial para reflexões dessa ordem no Brasil, considerando que se completam sessenta anos desde o golpe Civil-Militar.²

Nossa inércia tem se manifestado de diversas formas, e nossa relação com a memória material exemplifica esse fenômeno. Parte dessa paralisia se torna evidente quando deixamos de reconhecer monumentos que nos auxiliam a rememorar o passado. Relacionado a isso, outra parte dessa imobilidade pode ser atribuída pela ausência de ações e práticas de mediação que se fundamentam na documentação para evidenciar culturas antidemocráticas, seus efeitos e implicações. Quando questões dessa natureza deixam de ser consideradas pela sociedade, a cultura do esquecimento se torna um imperativo.

1.1 Estratégias argumentativas

Com o intuito de discutir e instigar reflexões sobre a importância da memória material e da documentação popular para promover o aprofundamento de uma cultura democrática, o texto amplia sua abordagem ao integrar memórias pessoais do autor e

² Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores, PT) assumiu a presidência da República pela terceira vez (2003-2006 e 2007-2010) em 2023, depois de derrotar o então presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal, PL) nas eleições de 2022. Após o fracasso das tentativas golpistas lideradas por Bolsonaro – antes das eleições e posteriormente, quando buscou remover Lula do poder (Brasil, 2023) –, o governo Lula enviou seu ministro dos Direitos Humanos, Silvano Almeida, para o Chile, em setembro de 2023, por ocasião dos cinquenta anos do golpe Civil-Militar naquele país. Em 2024, ao completar-se sessenta anos do golpe Civil-Militar brasileiro, o governo Lula proibiu, na área do Poder Executivo, a realização de eventos e discussões, além de não levar adiante a proposta de construção de um museu de direitos humanos, onde seria possível rememorar prisões, tortura e assassinatos perpetrados pelo regime de exceção iniciado com o golpe de 1964. É fundamental ressaltar que os militares exerceram e continuam exercendo influência na vida política nacional desde a Proclamação da República, em quinze de novembro de 1889, até os diversos episódios de tentativas, intervenções e golpes de Estado que marcaram a história do país. Esses eventos abrangem a ditadura do Estado Novo em 1937, a tentativa de impedir a posse dos presidentes eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1955 e 1961, respectivamente, e o golpe de 1964, que se estendeu por vinte e um anos, indo de primeiro de abril de 1964 a quinze de março de 1985 (Amaral, 2024).

depoimentos orais e documentais³ de intelectuais e ativistas de direitos humanos engajados nas atividades da Paróquia Nossa Senhora de Fátima – conhecida como igreja da Vila Fátima, situada na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo – e em sua comunidade durante o processo de redemocratização do Brasil. Este trabalho ocasionalmente aborda tópicos em primeira pessoa, combinando elementos teóricos com relatos de experiência. As notas de rodapé fornecem contexto e complementam a fundamentação teórica.

A igreja em questão é considerada não apenas uma instituição formal, cujo centro de comando reside no Estado do Vaticano, mas também um símbolo do poder de mobilização em torno de uma rede com identidade e reconhecimento de pertencimento dos participantes que compartilham ideias e crenças comuns. Ademais, essa igreja evidencia um edifício e um coletivo de pessoas que testemunharam fatos e acontecimentos envolvendo a atuação do Esquadrão da Morte e as ações populares durante o processo de redemocratização do Brasil. Portanto, a palavra igreja, ao longo do texto, frequentemente apresenta uma variedade de significados. Ela pode representar, simultaneamente, uma instituição, uma religião, uma teologia, uma perspectiva política, um edifício e uma comunidade.

A memória material tem sido explorada, dentre outros campos, nas ciências da informação e da documentação.⁴ O valor memorialístico pode ser compreendido tanto em

3

O conhecimento prévio do autor sobre os acontecimentos na Vila Fátima levou-o a buscar informações, nos meses de fevereiro e março de 2024, em duas fontes que foram testemunhas oculares e são parte da memória viva fundamental para a construção da narrativa. Orlando Fantazzini esclareceu questionamentos sobre a origem do Centro de Defesa de Direitos Humanos “Pe. João Bosco Burnier” e “Pe. Geraldo Mauzeroll” (Cddh-Guarulhos) mediante mensagens de áudio na plataforma *WhatsApp*. Hélio Reis contribuiu fornecendo documentos (Reis, 2013; 2024) que abordam sua atuação política e seu papel como educador, bem como esclarecendo dúvidas por meio de trocas de mensagens na mesma plataforma. A coleta e análise dos dados foram inspiradas em alguns dos ensinamentos do sociólogo alemão Fritz Schütze (1944-), em sua proposta de entrevista autobiográfica narrativa (Appel, 2005). Essa perspectiva auxiliou a buscar os elementos centrais formulados mediante perguntas orientadoras – respectivamente, sobre a origem do Cddh-Guarulhos e acerca da atuação na Vila Fátima –, mediante os quais se utilizou, como estratégia, a narração, a descrição dos dados e a argumentação sobre o que se coletou.

⁴ As ciências da informação e da documentação é uma expressão utilizada no plural para designar o campo informacional que abrange, para além da ciência da informação e da documentação, as disciplinas biblioteconomia, museologia e arquivologia. De acordo com Eliane Oliveira e Georgete Rodrigues, desde as contribuições de autores como Paul Otlet e Vannevar Bush, o campo informacional tem trabalhado com a memória social, focalizando-se, respectivamente, na organização da informação e do conhecimento (incluindo a preservação) e na recuperação da informação (Oliveira; Rodrigues, 2009). A manifestação física e simbólica das

nível individual quanto coletivo. Conforme observa o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), a memória individual se vincula à memória coletiva, pois uma lembrança individual é legitimada somente quando está ancorada no “mundo concreto” que está ao alcance ou se relaciona com a representação coletiva de uma lembrança – o “mundo material” (Halbwachs, 1990).

A relevância da memória material em diálogo com aspectos de dimensões históricas, epistemológicas, políticas e éticas, representa, no presente texto, um recorte da sua potencialidade semântica. A situação de ausência de objetos físicos na vida das pessoas, em diferentes cenários, auxilia a refletir sobre aquele recorte. Isso se evidencia quando a memória é redimensionada a partir da carga emocional contida, por exemplo, na enunciação da palavra saudade na língua portuguesa. A saudade de algo físico, com algum valor simbólico, permite perceber a complexidade e a abrangência que a memória material pode evocar, tanto individual quanto coletivamente. Pensar a memória em camadas dessa ausência física das coisas e como um processo situado permite considerar os matizes da ideia de materialidade que aqui se pretende trabalhar.

Nessa direção, com o exemplo da igreja da Vila Fátima é possível lançar luz a alguns pressupostos apontados por Rodrigo Rabello, direcionados por aquilo que denominou de modos de institucionalidade,⁵ diferenciando, ademais, materialidade de

coisas, dos objetos, dos artefatos, dos lugares permite a reconstrução da memória coletiva, apresentando evidências materiais que facilitam a compreensão da organização social de outra época ou lugar, contribuindo, conforme observam Igor Silva e Gracy Kelli Martins, para a diversidade do patrimônio histórico. Nesse contexto, a memória social tem sido explorada com o uso de “[...] registros informacionais como fontes para a atualização da memória por meio da organização, representação e recuperação da informação” (Silva; Martins, 2022, p. 13). As instituições de memória desempenham um papel social diversificado, incentivando “[...] a escrita da história a partir da ótica local, por meio de produções que evidenciam os aspectos históricos intimamente ligados às identidades nacionais e regionais” (Silva; Martins, 2022, p. 17).

⁵ Os modos de institucionalidade auxiliam na compreensão da força e da mobilização para a composição de redes, podendo se apresentar como formais ou menos formais (Rabello, 2019). Na disposição formal, tanto no setor público quanto no privado, as instituições são estruturadas com base em ritos, normas e regras positivadas, pressupondo hierarquia. No enfoque semiformal, exemplificado pela atuação do denominado Terceiro Setor (ocupando a lacuna da atuação do Estado), encontram-se as organizações não governamentais, cujas regras internas podem ter maior flexibilidade, embora também estejam relativamente alinhadas com os princípios formais. A disposição informal opera com a ausência de normas formalizadas, e a hierarquia tende a não ser um fator importante. Ainda que não seja exclusividade da disposição informal, já que no enfoque semiformal pode compartilhar essa origem, encontram-se movimentos populares, em contextos e práticas com a defesa de determinado argumento ou enunciado, tendo como cenário, por exemplo, a busca por justiça social, democracia, reivindicação de direitos, entre outros. Tais modos de institucionalidade permitem atravessamentos (Rabello, 2019) que, em diálogo com Bernd Frohmann, podem ser estudados no âmbito da formação de redes que incide na ação de documentar. Tais institucionalidades e a documentação preveem a circulação, a força e a

fisicalidade da informação.⁶ Além disso, a experiência de historiadores, pesquisadores, profissionais da área do patrimônio e documentalistas demonstra que o trabalho com a memória, a produção e o tratamento de documentos tem sido realizado de forma mais sistemática e persistente em disciplinas acadêmicas há pelo menos um século.

A fundamentação do argumento é realizada a partir da reflexão sobre a ação de atores humanos e não-humanos – dentre os quais religiosos, pesquisadores, cidadãos, objetos, edifícios, lugares, etc. – mobilizadores e mobilizados. Historiadores têm trabalhado, por exemplo, com a distinção entre monumentos voluntários e involuntários, considerando a cultura material como um caminho para entender a biografia das coisas. Pesquisadores e profissionais do patrimônio têm se dedicado ao estudo do patrimônio material, imaterial e natural, considerando a informação estabilizada ou menos estabilizada em distintos contextos. Documentalistas, assim como outros pesquisadores e profissionais, carregam consigo o peso político das suas ações. Esse peso, ou sua aparente ausência, influencia o sentido de como a informação é organizada e de como o acesso ao conhecimento é permitido ou obliterado.

1.1.1 Memória material e história

perenidade de enunciados ou discursos *com* ou *em* camadas ou dimensões simbólicas, epistêmicas, políticas e éticas, no que tem sido denominado de materialidade da informação (Frohmann, 1992).

⁶ A materialidade da informação corresponde – dentre outras, mas sobremaneira – a dimensões simbólica, epistêmica, política e ética da informação. Manifesta-se nos enunciados, sejam eles registrados ou não. Quando não está registrada, essa informação circula e ganha força mediante, por exemplo, a oralidade. Compõe e está composta em redes de relações, nos atravessamentos de institucionalidades que mobilizam regimes de informação (González de Gómez, 2012). Ela – a materialidade da informação – alcança maior permanência e força com o processo de inscrição/registro na fisicalidade de algum suporte, analógico ou digital. A fisicalidade da informação corresponde, nesses termos, a uma fase da materialidade da informação, quando esta adquire maior perenidade. A durabilidade da informação é relativa em função do grau de fragilidade dos suportes físicos. Ela – a fisicalidade da informação – se relaciona, portanto, às “[...] propriedades físicas do objeto-suporte de informação que permite sua existência no espaço e no tempo” (Rabello, 2019, p. 13). Esse é o momento em que a materialidade da informação encontra seu “porto seguro” no documento. Ele – o documento – se constitui a partir do “[...] valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa institucionalizada num determinado contexto. A materialidade do documento [por se originar da materialidade da informação] é ulterior à fisicalidade da informação num suporte. Todo documento: (a) representa algo e pode ser representado; (b) é uma expressão simbólica de poder/saber.” (Rabello, 2019, p. 20).

O historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014) ressalta que os monumentos voluntários – como estátuas, bustos, obeliscos, arcos edificadas, dentre outros – são criados intencionalmente para recordar pessoas ou eventos específicos. Outra perspectiva emerge quando objetos, edifícios e lugares adquirem significância no cotidiano ao testemunharem eventos. Nessa circunstância, testemunhos materiais se tornam monumentos involuntários, cuja preservação é justificada independentemente de terem sido concebidos, originalmente, como monumentos (Le Goff, 2013).

Seguindo os indícios e os rastros da materialidade, com ou sem a significação prévia, historiadores têm utilizado os vestígios da cultura material como fontes históricas desde pelo menos a primeira metade do século XX. Por exemplo, para realizar a análise da história das crenças, Marc Bloch (1886-1944) observa que as expressões tangíveis, como igrejas e seus artefatos, fornecem informações tão ou mais precisas do que os registros escritos sobre as crenças (Bloch, 1952). Outro importante historiador francês, Pierre Nora (1931-), desenvolveu o conceito de lugares de memória, que abrange não apenas o aspecto material, mas também a imaginação, os rituais e a aura simbólica associada a lugares, coisas e pessoas (Nora, 1993).

Para além do significado particular, evocativo de emoções ao indivíduo, determinados objetos e lugares assumem uma dimensão simbólica com alcances mais amplos. O conhecimento da biografia cultural das coisas (Kopytoff, 1991), dos objetos, dos lugares pode nos auxiliar a recordar e a elucidar, por exemplo, os abusos perpetrados pelo arbítrio do poder, contribuindo para evitar que tais violências se repitam.

Os historiadores mobilizados (Bloch, 1952; Le Goff, 2013; Nora, 1993; Kopytoff, 1991) demonstram que a memória material tem sido um tema longamente explorado. Eles suscitam reflexões sobre como as sociedades têm se relacionado com os objetos, com as edificações, com os lugares. Os rumos escolhidos pelas sociedades têm, nessas relações, um indício material de sua história. Estar ou não alheios a essa materialidade pode ter implicações na coletividade. Nessa direção, institucionalizar a memória material significativa, em termos de patrimônio cultural, tem sido um desafio que continua a ser perseguido.

1.1.2 Memória material e patrimônio



A destruição de objetos e edifícios, ou a descaracterização de lugares que foram testemunhas do passado, é uma realidade conhecida no Brasil. O horizonte de se tornar “o país do futuro” para se “viver em berço esplêndido” frequentemente faz com que o país negligencie sua memória em nome do progresso. Um olhar atento sobre essa negligência pode representar uma oportunidade para a criação de espaços memorialísticos. Esses espaços são estratégicos diante do que parece ser um destino inevitável: o esquecimento.

A presença de testemunhos materiais, quando considerada um bem comum, pode ser incorporada ao processo de patrimônio cultural ou natural. Essa incorporação é, por vezes, reconhecida a partir da fundamentação em investigações realizadas em universidades, em institutos de pesquisa e de patrimônio. O reconhecimento formal ocorre com a atuação do Estado, como no caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Brasil, ou por meio de organizações supranacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O *website* do Iphan resgata a classificação da Unesco, a partir da qual países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, incluindo o Brasil desde 1978, encontram referência para conceber valores universais excepcionais – dentre os quais, o valor histórico – de meios materiais que podem se manifestar em e como edifícios, instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais.⁷

No âmbito da Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan há a possibilidade de declaração de “lugares de memória”, sendo um instrumento de proteção. Por meio dele, o Iphan pode reconhecer a importância de valores simbólicos, “[...] ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade, em consequência da ação humana ou do tempo.” (Iphan, 202-?).

1.1.3 Memória material e documentação

Soprado pelos ventos da efervescência cultural, filosófica e científica da *belle époque* europeia de finais de 1800 e início de 1900, o trabalho com a documentação

⁷ Existe, ainda, a possibilidade de reconhecimento patrimonial de manifestações culturais imateriais, tais como saberes, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidos por comunidades, grupos e indivíduos. Já o reconhecimento do patrimônio natural pode incluir itens físicos, biológicos e geológicos, *habitats* de espécies animais e vegetais, e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional.

científica passou a adquirir dimensão estratégica.⁸ Nesse contexto, o belga Paul Marie Ghislain Otlet (1868-1944) tinha aspirações políticas abrangentes. A documentação comporia e seria composta por um “corpo biológico” e universal, segundo o qual contaria com um Centro Mundial, idealizado inicialmente em 1914, que se transformou, em 1928, no projeto de criação do Mundaneum, destinado a reunir a documentação como uma espécie de “enciclopédia do conhecimento” (Rieusset-Lemarié, 1997).

A documentação⁹ como disciplina ganhou contornos mais nítidos com o *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, publicado por Otlet em 1934. Otlet buscou articular e criar instituições e associações internacionais para a cooperação internacional de registros bibliográficos (Rayward, 1995), orientado por ideais pacifistas (Rayward, 2014).¹⁰ Com o objetivo de organizar o conhecimento científico internacionalmente, Otlet e seu parceiro intelectual e amigo belga, Henry La Fontaine (1854-1943), eram movidos pela convicção de que o acesso ao conhecimento poderia contribuir para tornar o mundo um lugar melhor, ainda que essa concepção mais ampla e

⁸ No contexto da *belle époque*, o vetor social direcionava, idealmente, para o fim da carestia, da guerra e da ignorância em solo europeu, com base em princípios liberais em um sistema de produção industrial e colonialista. O positivismo, pensamento amplamente aceito na época e que teve como um de seus principais expoentes o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), conjecturava uma sociedade dos doutos, sem instabilidades e conflitos (Benoit, 1999). Assim que finalizou a Primeira Guerra Mundial e em consonância com os ideais positivistas, a Liga das Nações foi criada em 1919, durante a Conferência de Paz de Paris, com o objetivo de intermediar e arbitrar conflitos. Outros “ismos” que também surgiram na época – comunismo, socialismo, anarquismo – seguiram um caminho distinto ao do positivismo, isto é, orientaram-se pelas contradições sociais. Afinal, se os doutos, guiados por seus interesses e privilégios, ditavam o que fazer e como ser, isso pressupunha um tipo de dominação.

⁹

O termo documentação é polissêmico. Inclui as concepções como meio de prova histórica, como profissão ensinada formalmente em escolas técnicas voltadas para uma função documentária (Blanquet, 1993) ou como disciplina acadêmica dedicada à criação de conhecimentos que inspiram ou orientam práticas documentárias (Meyriat, 1993). Este último significado começou a se desenvolver no final do século XIX com o movimento bibliográfico (Woledge, 1983).

¹⁰ O pesquisador australiano W. Boyd Rayward (1939-) é um dos principais biógrafos de Otlet. Rayward está inserido na esfera da documentação contemporânea, também conhecida como neodocumentação. Essa abordagem surgiu nos anos 1990 no campo das ciências da informação e da documentação e conta com outros importantes estudiosos como Michael Buckland, dos Estados Unidos, Ronald Day, da Grã-Bretanha, Niels Lund, da Noruega, e Bernd Frohmann, da Alemanha. Rayward é reconhecido por resgatar as ideias de Paul Otlet, assim como Buckland e outros autores o fizeram com Suzanne Briet (1894-1989). Além dessas contribuições, Frohmann expandiu o escopo dos estudos de política de informação e propôs o “neodocumentalismo” por meio de uma perspectiva simbólica. Segundo Maria Nelida González de Gómez, o “neodocumentalismo” de Frohmann se concentra mais na ressignificação de Michel Foucault (1926-84) sobre o “[...] documentar do que na substituição da informação pelo documento.” (González de Gómez, 2012, p. 51).

esse contexto tenham sido atualmente pouco recordados em virtude de uma abordagem que enfatiza as contribuições técnicas e utilitárias da documentação.¹¹

Uma das estratégias adotadas nesse contexto foi a ampliação conceitual do documento,¹² fundamental para a posterior identificação de pelo menos duas fases, ou momentos, da documentação, nomeadas de “positivista” e de “hermenêutica” (Rabello, 2009).¹³ Consoante à perspectiva hermenêutica e à abordagem “engajada” de ciência – assim como a noção hermenêutica e política de documento/monumento (Le Goff, 2013) na historiografia –, a origem dos documentos na documentação pode ser compreendida, segundo sinalizado pelo documentalista francês Jean Meyriat (1921-2010), a partir de dois pontos de vista: “documentos por intenção” e “documentos por atribuição” (Meyriat, 1981).

Nos documentos por intenção, ocorre uma produção deliberada de um objeto contendo informação com o intuito de comunicar algo, como na elaboração de um jornal ou de um livro. Já os documentos por atribuição são aqueles que, independentemente de sua origem, possuem a capacidade de transmitir informação, mesmo que não tenham

¹¹ Paul Otlet contou com a influência intelectual e política de La Fontaine para o trabalho junto ao movimento bibliográfico e para a defesa de uma cultura de paz (Rayward, 2014). Assim, embora esse movimento esteja alinhado com os pressupostos da comunicação científica, visando à produção e à circulação de conhecimentos, ele transcende uma política estritamente científica ao articular-se a princípios pacifistas.

¹² Otlet (1934) amplia o conceito de documento para além da ideia de livro impresso, concepção esta oriunda das inovações advindas da produção técnica da prensa móvel e incorporada em conhecimentos como os da biblioteconomia e da bibliografia modernas. Os objetos impressos em suporte de papel, caracterizados, sobretudo, pela escrita, apesar de toda a economia e funcionalidade, acabaram por restringir a noção de livro e de documento na modernidade. Ante a isso, Otlet (1934) resgata a noção antiga e medieval de livro expressa na palavra grega *biblos* (*βιβλίον*), que significa um suporte que contém algum conteúdo (*logos*), algo que, hoje, pode ser também interpretado como informação (Rabello, 2009). Essa ampliação conceitual ocorreu ao se reconhecer que o documento não se limita ao texto manuscrito ou impresso, concepção defendida, por exemplo, pela historiografia positivista do século XIX (Le Goff, 2013). Em vez disso, o documento abrange qualquer objeto que possua propriedade informativa.

¹³ O momento positivista da documentação traz consigo o entendimento de que o documento é marcado pela ênfase na função informativa e neutra do suporte em relação ao conteúdo. Ainda assim, o documento, nessa fase, pode se expressar em diversos suportes, inclusive tridimensionais (Rabello, 2009). O cerne do momento positivista decorre do entendimento de que se pode “[...] remover fatos de documentos do mesmo modo que descascamos ervilhas de suas vagens” (Rayward, 1994, p. 247). O momento hermenêutico foi iniciado após 1950, e teve como expoente Suzanne Briet. A demarcação desse momento encontra referência no ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, publicado em 1951, o qual dá ênfase na indicialidade (representação) e interpretação dos objetos (Briet, 1951). Na fase hermenêutica da documentação, o valor do documento pode ser atribuído por meio de um processo interpretativo, que não é neutro e se dá em conformidade com o contexto sociocultural da interpretação (Rabello, 2009).

sido inicialmente concebidos com essa finalidade comunicativa. A atribuição de sentido, nessa última perspectiva, é posterior à criação do objeto, como é o caso de um artefato utilizado como prova jurídica em um processo ou como um indício material para a historiografia. Seja “por intenção” ou “por atribuição”, é o utilizador que, em determinado contexto, “faz o documento”.

No âmbito da dimensão política dos modos de atuação historiográfica, patrimonial e documentalista, emerge a seguinte indagação, considerando a situação específica da igreja aqui tratada: como agir diante da situação em que os responsáveis formais por uma edificação, assim como os setores ou membros da comunidade onde a construção se insere, não reconhecem os valores culturais, históricos e documentais de tal edifício, apesar de existirem potenciais testemunhas orais e documentais para fundamentar uma possível solicitação de tombamento patrimonial? À luz dessa pergunta, o edifício da igreja da Vila Fátima, em Guarulhos-SP, parece ser um exemplo desafiador a ser estudado.

2 CAMADAS MATERIAIS DA MEMÓRIA: UM RELATO PESSOAL

A reflexão sobre a importância da memória material – que aqui pretendo destacar, mediante um relato pessoal – surgiu durante uma excursão a cidades históricas de Minas Gerais, enquanto eu participava de uma disciplina de graduação na área de artes, com foco no Barroco brasileiro. Esse curso foi ministrado em 2008 pelo professor Percival Tirapeli, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), no campus da cidade de São Paulo. Na época, minha namorada, atual esposa, e eu participamos da excursão, mesmo sendo egressos de outro campus da instituição.

Vivenciamos uma imersão no universo do Barroco, explorando obras criadas por artistas, como Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, em cidades como Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas, Sabará, Tiradentes, São João Del-Rei, Catas Altas, Mariana, entre outras. A cidade de Mariana se tornou nossa base, e tivemos a oportunidade e a sorte de presenciar, naquela semana, um espetáculo de artistas mineiros – Beto Guedes, Lô Borges e Flávio Venturini – que fizeram parte do movimento musical Clube da Esquina. O cenário foi o Pelourinho de Mariana – diante de duas igrejas barrocas dispostas perpendicularmente, como em um diálogo – que outrora testemunharam o horror do flagelo de pessoas negras escravizadas e que, naquele momento, estavam testemunhando aquela apresentação musical.

A igreja barroca em Catas Altas permanece inacabada em virtude do seu tombamento pelo Iphan em 1937. Durante a visita neste templo, o professor Tirapeli chamou a atenção para uma parede com camadas de tintas e acabamentos expostos, bem como para distintas intervenções arquitetônicas. Sua análise revelou que cada camada correspondia a um período histórico, refletindo uma disputa entre irmandades religiosas, algo que evidenciava a responsabilidade de cada irmandade em diferentes momentos da igreja. As camadas representavam intervenções estéticas e vestígios de uma disputa político-religiosa.

Essa noção de camadas do tempo tomou, para mim, outro sentido em virtude de uma experiência que acabara de vivenciar. No mesmo ano da minha excursão às cidades históricas de Minas Gerais, a igreja da Vila Fátima estava passando por uma “reforma”. Durante uma visita à família, em Guarulhos, observei que aquela igreja estava em ruínas devido à reconstrução do prédio e do campanário. Isso me causou consternação, pois o local trazia boas recordações e eu sabia que aquele prédio tinha importância histórica. Minha mãe demonstrou certo entusiasmo com as melhorias em andamento na igreja.¹⁴

Figura 1 – Imagens do prédio da igreja Nossa Senhora de Fátima em diferentes momentos



Prédio, em diferentes momentos, da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, situada na Avenida Otávio Braga de Mesquita, na Vila Fátima, Guarulhos. O edifício original foi finalizado em 1964, ainda sem o campanário, e o novo prédio, depois de demolido o prédio original, teve as obras finalizadas em outubro de 2010.

Fonte: Paróquia Nossa Senhora de Fátima, [2024].

¹⁴ Eu nasci e cresci na Vila Fátima. Meu pai, Juvêncio Rabello (*in memoriam*), natural de Macaraí, interior de São Paulo, e minha mãe, Hildete Reis (*in memoriam*), de Paulistana, Piauí, deixaram suas origens rurais em busca de oportunidades na Região Metropolitana de São Paulo. Quando meu pai chegou à Região, ele trabalhou em diversas funções, desde chacareiro e metalúrgico até se tornar comerciante. Enquanto isso, minha mãe, acompanhada por seus irmãos, incluindo Hélio Reis, e minha avó Nomeriana Reis (*in memoriam*), mudou-se para São Paulo para se reunir com meu avô Agripino Marques (*in memoriam*), que já havia migrado. Assim que chegou à cidade, ela trabalhou como costureira e dona de casa. Em Guarulhos, meus pais foram uns dos primeiros moradores da Vila Fátima, estabelecendo-se após seu casamento em 1967. Somos cinco irmãos, eu e quatro mulheres, e apesar de nossa vida simples, não enfrentávamos grandes dificuldades.

Parti para a excursão a Minas com aquele registro inicial da “reforma” da igreja da Vila, embora naquele momento não tenha me atentado para outros possíveis significados e implicações. A visita à igreja em Catas Altas ampliou a sensação de impotência assim que me lembrei, com mais detalhes, da paróquia da Vila Fátima e do que sabia sobre sua história. Esta igreja foi testemunha de acontecimentos relevantes da história recente do Brasil, especialmente durante uma fase mais truculenta da Ditadura Civil-Militar e, posteriormente, durante o processo de redemocratização do país, no final dos anos 1970 e primeira metade da década de 1980.

3 ESQUADRÃO DA MORTE NO QUINTAL DA IGREJA E DIREITOS HUMANOS

Depois de apenas quatro anos da sua fundação, em 1964, a paróquia da Vila Fátima e seus arredores foi palco, no ano de 1968, da ação de policiais criminosos. Entrava em cena justiceiros autodenominados Esquadrão da Morte, liderados por Sérgio Fernando Paranhos Fleury, o famigerado delegado Fleury. Ele era conhecido por suas ações sádicas, por vezes mediante o emprego de métodos de tortura e execução. O ano de 1968 também marcou o recrudesimento da violência durante a Ditadura Civil-Militar no país, oficialmente empoderada pelo decreto do Ato Institucional Número 5, também conhecido como AI-5, que ampliou o cerceamento de direitos e o arbítrio para prender ou eliminar opositores políticos ou aqueles considerados perigosos à sociedade.

Em vinte e três de novembro de 1968, membros do Esquadrão da Morte se dirigiram à Vila Fátima em busca de Antonio de Souza Campos, conhecido como Nego Sete, supostamente membro de um grupo criminoso e acusado, pelo Esquadrão, de participar da execução do investigador David Romero Pará. Dias depois de erroneamente prenderem outro Antonio, com o apelido de Sabiá, os justiceiros armaram uma armadilha para Nego Sete, que foi executado ao chegar em casa. A íntegra do relato e parte do processo judicial consta no livro *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte* (Bicudo, 1976), publicado em 1976 e escrito pelo então Procurador de Justiça do estado de São Paulo, doutor Hélio Pereira Bicudo.¹⁵

¹⁵ Além de procurador de justiça do estado de São Paulo, Bicudo foi ex-ministro interino do presidente João Goulart (fase parlamentarista, de setembro de 1961 a janeiro de 1963; e fase presidencialista, de janeiro de 1963 a abril de 1964), era jurista, entrou no PT em 1980 e, anos depois, foi vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva para o governo de estado de São Paulo,

Parte relevante da descrição sobre a execução do Nego Sete foi fornecida pelo padre canadense Geraldo Mauzeroll, então responsável pela paróquia da Vila Fátima. O padre relatou o acontecimento em uma carta entregue a Bicudo. Nela consta a prisão equivocada de Sabiá, confundido com Nego Sete, a menção sobre ter escutado os tiros que mataram Nego Sete, bem como presenciado a partida dos carros utilizados. O padre fotografou, de dentro da igreja, a casa onde ocorreu o crime, permitindo a identificação de testemunhas. Ademais, ele forneceu à Justiça anotações das placas dos veículos e sua impressão sobre o perfil de alguns policiais envolvidos, dentre eles, o delegado Fleury. Todos os agentes envolvidos negaram a participação, apesar de seus álibis não se sustentarem. Logo depois do depoimento epistolar do padre, e realizadas audiências e investigações, o Esquadrão da Morte foi desmantelado e parte de seus membros presos.¹⁶

Em 1971, o padre Mauzeroll caiu de um andaime enquanto inspecionava a obra no campanário da igreja. Havia indícios para atribuir a queda a um atentado, embora a dúvida permanecesse naquele momento. Somente posteriormente, um dos membros do grupo de extermínio, Ademar Augusto de Oliveira, mais conhecido como Fininho, admitiu a tentativa de homicídio em entrevista concedida ao jornalista Percival de Souza (Souza, 2020). Ao retornar ao Canadá para se tratar, o padre ficou durante um longo período com suas faculdades mentais comprometidas. Apesar das sequelas visíveis em sua postura

sendo derrotados por Franco Montoro. Em 1992, como deputado federal, votou a favor do impeachment do presidente da República Fernando Collor. Em 1996, assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em 2000 participou, pelo PT, da chapa de Marta Suplicy na condição de vice-prefeito do município de São Paulo. Em 2005, deixa o PT, em meio à crise do denominado “mensalão”, e se filia ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Nas eleições presidenciais de 2010 apoiou o candidato à presidência José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) derrotado pela candidata do PT, Dilma Rousseff. Em 2015, Bicudo apresentou à Câmara dos Deputados um documento assinado por ele e pelo jurista Miguel Reale Jr. e pela professora Janaína Paschoal contra Rousseff, alegando crime de responsabilidade por causa de manobras contábeis denominadas de “pedaladas fiscais” (Carta Capital, 2018). Os desdobramentos desse documento resultaram na controversa destituição de Rousseff em 2016, em um impeachment também interpretado por muitos como um golpe de Estado realizado pelo parlamento, com a anuência de Supremo Tribunal Federal (STF). Em vinte e cinco de agosto de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) confirmou o arquivamento de um processo de improbidade administrativa para a acusação de “pedaladas fiscais” por Rousseff (BBC News Brasil, 2023), algo que enfraquece a tese de impeachment e fortalece ou esclarece a tese de golpe de Estado parlamentar.

¹⁶ O Esquadrão da Morte persiste até os dias atuais no Brasil, mesmo em um contexto de pleno estado democrático de direito no século XXI. Sua presença se manifesta mediante diferentes denominações ou configurações, como evidenciado pela atuação das milícias no estado do Rio de Janeiro. Essas milícias surgem e operam como um braço corrupto do Estado, demonstrando a continuidade das práticas do Esquadrão da Morte em uma nova roupagem.

corporal e da ausência de memória sobre o que ocorreu no dia da queda, ele conseguiu se recuperar.

Figura 2 – Prédio original da paróquia Nossa Senhora de Fátima com o campanário



Prédio original da paróquia Nossa Senhora de Fátima com o campanário, onde o padre Geraldo Mauzeroll sofreu o atentado em 1971 ao ser empurrado por Fininho, membro do Esquadrão da Morte.

Fonte: Paróquia Nossa Senhora de Fátima, [2024].

Em depoimento concedido para esta pesquisa em dezessete de fevereiro de 2024, o advogado, ex-vereador de Guarulhos e ex-deputado federal por São Paulo (pelo PT), Orlando Fantazzini Neto, expôs o início da sua parceria com o padre Mauzeroll. Ele menciona que o padre retornou a Guarulhos entre a primeira e a segunda metade da década de 1970 e assumiu atividades na paróquia da Vila Fátima, onde residia com outros padres canadenses. Mauzeroll foi o principal incentivador da Pastoral Carcerária na cidade, juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros padres e religiosos. Na Vila Fátima, criou e coordenou um movimento ecumênico dentro dessa Pastoral, envolvendo representantes de outras religiões.

Em 1983 – durante a Campanha da Fraternidade intitulada “Fraternidade, sim, violência, não” e depois que uma criança foi assassinada pelo dono de uma quitanda na Vila Fátima por furtar uma fruta –, o padre Mauzeroll sugeriu a criação de uma Pastoral de Direitos Humanos, que foi estabelecida sendo a primeira e possivelmente a única pastoral dessa natureza criada, naquela época, na diocese de Guarulhos. No entanto, a Pastoral de Direitos Humanos, inicialmente sediada apenas na Vila Fátima, expandiu suas preocupações para além daquelas abordadas na localidade. Surgiram demandas plurais associadas à moradia, ao transporte público e aos direitos das crianças e adolescentes, ainda não abordados, nesses termos, pelo código da época, que os tratava como “menores”.

Em 1984, durante a assembleia diocesana, surgiu a necessidade de expandir as atividades da Pastoral de Direitos Humanos para outros bairros. Diante desse desafio, o bispo dom João Bergese (1935-96) propôs que o grupo da Pastoral, liderado pelo padre Mauzeroll, com a participação de Fantazzini, considerasse a ideia de transformá-la em um Centro de Direitos Humanos da diocese. Embora a proposta do grupo, inicialmente apresentada por Fantazzini, tenha enfrentado contestações por parte de alguns religiosos e leigos durante a assembleia, o apoio decisivo do bispo e, posteriormente, a adesão da maioria dos presentes levaram à sua aprovação. Após a fase de formalização da entidade e o início das articulações com organizações de outros países, como a Alemanha, para obtenção de financiamento, o Centro de Direitos Humanos de Guarulhos “Pe. João Bosco Burnier” (Cddh-Guarulhos) foi oficialmente inaugurado em 1985.¹⁷

Pouco antes de seu falecimento em 1999, o padre Mauzeroll foi agraciado com o primeiro Prêmio Estadual de Direitos Humanos do Estado de São Paulo em 1998, entregue pelo então governador Mário Covas (PSDB). Este momento foi simbólico, como observado por Fantazzini, já que tanto o padre quanto o governador estavam enfrentando a batalha contra o câncer, uma doença que os levaria pouco tempo depois daquele encontro. Em homenagem, o Cddh-Guarulhos incorporou o nome “Pe. Geraldo Mauzeroll” à sua denominação em 2001. Além disso, uma rua no bairro Jardim Santa Emília, em Guarulhos, foi dedicada à sua memória.

Figura 3 – Hélio Bicudo, Orlando Fantazzini e Geraldo Mauzeroll

¹⁷ O evento de inauguração contou com a presença do doutor Bicudo e do bispo auxiliar de São Paulo, dom Luciano Mendes de Almeida, jesuíta que posteriormente se tornou arcebispo de Mariana, em Minas Gerais. Dom Almeida representou a denominação religiosa à qual também pertencia o padre Burnier, homenageado ao compor o nome oficial da entidade. O padre Burnier foi assassinado por engano pela polícia, já que o alvo era o bispo da prelazia, dom Pedro Casaldáliga, em São Félix do Araguaia, estado do Mato Grosso. Na época, ambos intercediam junto aos policiais e à justiça para acabar com a tortura infligida aos posseiros pobres da região.



Fonte: Acervo pessoal de Orlando Fantazzini, década de 1990.

Tive a oportunidade de conhecer o padre Mauzeroll em 1998, durante a campanha política que resultou na primeira vitória como deputado federal, pelo PT, do então vereador de Guarulhos, Fantazzini. Após minha participação na campanha, comecei a trabalhar no Cddh-Guarulhos, fornecendo apoio secretarial em reuniões do Fórum Municipal da Criança e do Adolescente, entre outras atividades. Além disso, participei das ações da entidade em conselhos municipais e estaduais relacionados aos direitos humanos. Todavia, uma das minhas responsabilidades centrais era gerenciar a biblioteca popular do Cddh-Guarulhos e coletar documentação sobre e de interesse da entidade. Esse trabalho me inspirou a prestar vestibular e ingressar, em 2001, no curso de biblioteconomia da Unesp, campus de Marília, no interior do estado de São Paulo. O Cddh-Guarulhos encerrou oficialmente suas atividades em 2022, em virtude de dificuldades financeiras. Naquele momento, as ações da entidade estavam voltadas para receber refugiados e estrangeiros em situação de vulnerabilidade.

4 OUTROS TESTEMUNHOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

A igreja da Vila Fátima testemunhou não apenas a atuação e a dissolução do Esquadrão da Morte, mas também desempenhou um papel ativo em ações pastorais. Além disso, ela permaneceu ativa em outras iniciativas durante o movimento de reação democrática no final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, período que assinalou o início do fim da Ditadura Civil-Militar no país.

Esse movimento foi influenciado, em parte, pelas ideias de intelectuais como o filósofo e educador Paulo Freire (1921-97), conhecido, sobretudo, por seu método de alfabetização, e o teólogo Leonardo Boff (1938-), um dos principais idealizadores da Teologia da Libertação. As ideias de ambos os intelectuais foram influentes para as CEBs da Igreja Católica. Essas ações evangelizadoras e políticas focavam na superação da pobreza e na organização da sociedade civil para a busca de direitos.

Em 2012, a *Revista Educação*, publicação da Prefeitura de Guarulhos, dedicou espaço para destacar iniciativas que surgiram na comunidade da paróquia da Vila Fátima (Guarulhos, 2012). Para esclarecer aspectos gerais das ações realizadas naquela comunidade, a *Revista* contou com o auxílio de uma testemunha protagonista, o professor Hélio de Sousa Reis.¹⁸

Sua trajetória com alfabetização de adultos empregando o Método Paulo Freire foi fundamental para que a irmã Mônica (Monique Laroche) e o padre Raimundo (Raymond Forget), da igreja da Vila Fátima, convidassem Reis para participar da formação de uma turma de alfabetização de adultos. Na época, foi criado o Círculo de Cultura da Vila Fátima, liderado pela irmã Margarida (Bibiane Lavictoire) e pelos professores Reis e Robson Digrisolo. Esse Círculo estava envolvido em iniciativas de alfabetização de adultos para atender aos anseios dos moradores da região do bairro da Bela Vista, em Guarulhos. Na primeira fase do projeto de alfabetização, que compreendeu os anos de 1977 a 1979, foram realizadas atividades nas favelas guarulhenses da Vila Flórida, Bela Vista e Vila Fátima. Os cursos, com duração de cinco meses, eram ministrados em barracões e em casas de membros das CEBs.

Figura 4 – Ação alfabetizadora em Guarulhos-SP

¹⁸ Os detalhes deste protagonismo e de demais membros da comunidade constam em dois manuscritos de autoria do professor: um foi apresentado na Universidade Federal do Mato Grosso, em setembro de 2013 (Reis, 2013), e o outro consiste em um documento não publicado (Reis, 2024). Nesses documentos, Reis relata sua passagem pelo curso de filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, no estado de São Paulo, e sua atuação no movimento estudantil, seu contato com o Método Paulo Freire, bem como sua expulsão do seminário em 1969, junto com outros dezessete seminaristas claretianos. Eles buscavam colocar em prática, em plena vigência do AI-5, os pressupostos do Concílio Vaticano II, incluindo o compromisso com os pobres e a transformação social. Após essa expulsão, Reis foi convidado pelo então padre Pedro Casaldàlia para atuar na alfabetização de adultos na prelazia de São Félix do Araguaia, no estado do Mato Grosso, de 1970 a 1972. Com a repressão da Ditadura, em 1973, a estrutura montada na prelazia foi desmontada, espaços de atuação foram fechados e alguns participantes foram presos. Com o retorno a Guarulhos, no começo de 1973, Reis finalizou o curso de letras.

Ação alfabetizadora, em dezembro de 1977, no barracão comunitário da rua Sorocaba, na favela da Divinolândia, na região do bairro da Bela Vista, município de Guarulhos. Na foto do lado direito, o professor Hélio Reis, ao centro, reunido com educandos.



Fonte: Acervo pessoal de Hélio Reis, dezembro de 1977.

Dentro desse contexto de educação popular, outros nomes também foram destacados, dentre os quais dos educadores Fábio Roberto Ferreira, Nair de Oliveira, João Bosco de Oliveira, Paulo Germano de Albuquerque, Josefina Rosa de Oliveira e José Carlos Dalan. A partir desse grupo, surgiram outras ações comunitárias, como a Pastoral Escolar, Grupo Fé e Política, Constituinte Popular Municipal, Pastoral Carcerária e Pastoral de Direitos Humanos, sendo, estas últimas, como mencionado anteriormente, a fagulha inicial para a criação do Cddh-Guarulhos. O grupo de educação popular contou com a orientação e com o ilustre apoio de Paulo Freire. Além de suas outras atividades acadêmicas e políticas, o pedagogo promovia cursos de formação para educadores voluntários.

Figura 5 – Encontros de formação de educadores populares com Paulo Freire



Paulo Freire com o grupo da Vila Fátima em um dos quatro encontros de formação de educadores populares que ocorriam uma vez por mês em seu apartamento, no bairro das Perdizes, na cidade de São Paulo.



Fonte: Acervo pessoal de Hélio Reis, novembro de 1980.

Em depoimento de Reis, realizado em doze de janeiro de 2024, ele comenta:

Era uma Igreja popular, engajada. Pôs em prática as decisões do Concílio Vaticano II, fez a opção preferencial pelos pobres, criando e fortalecendo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se engajaram nas mobilizações, reivindicando novas linhas de ônibus, água encanada, asfalto, educação, saneamento básico, moradia, regulamentação dos terrenos, urbanização das favelas, além de creches e postos de saúde. (Reis, 2024).

A igreja da Vila Fátima se confunde com um tipo exemplar, de sua época, onde existiam espaços agregadores e catalizadores de pessoas mobilizadas não apenas por sua fé, mas também por uma potência movida em direção à justiça social e à redemocratização do país. A partir da presença testemunhal do edifício original desta igreja nos acontecimentos recentes da história do Brasil, permaneceu a dúvida sobre se, na época que antecedia a sua demolição, o prédio poderia ser passível de tombamento, seja pelo município de Guarulhos, pelo estado de São Paulo, ou pelo Iphan. No entanto, o

prédio original já havia sido demolido quando essa questão surgiu, para mim, lá na cidade mineira de Catas Altas, em 2008.

Diante do aparente silêncio sobre a demolição dessa testemunha material, é possível formular algumas hipóteses: a destruição da igreja foi resultado do desconhecimento sobre o valor histórico e memorialístico do edifício. Ou foi conhecido esse valor, porém faltou sensibilidade e visão para antecipar as possíveis implicações históricas, políticas e culturais decorrentes da demolição. Ou ainda, foi uma ação deliberada, seja para apagar a memória ou em nome do “progresso”, visando, por exemplo, a eficiência do novo espaço para fins religiosos.

Uma pergunta se faz necessária, sendo talvez a mais relevante, pois indica que o estrago da eliminação do testemunho material se impõe como uma realidade: Como proceder quando já não há o que fazer, ou seja, quando o lugar, o edifício ou os objetos da memória já não existem? Nesse contexto, entra em cena, como alternativa, a possibilidade de criar monumentos voluntários e/ou valorizar monumentos involuntários em espaços memorialísticos, mobilizando a documentação disponível. Tais espaços podem ser provisórios, permanentes ou itinerantes.

5 CICATRIZES GOLPISTAS, CURATIVOS DEMOCRÁTICOS

Os bolsonaristas que participaram da manifestação antidemocrática em oito de janeiro de 2023 clamavam pela volta de um regime que proibia manifestações, com Jair Bolsonaro sendo alçado como ditador. Essas pessoas, com a cumplicidade das forças militares, permaneceram acampadas por meses em frente ao Quartel General do Exército em Brasília e, também, em outras sedes do Exército em todo o país. No dia da tentativa de golpe de Estado, a horda marchou dos acampamentos em direção às sedes dos Três Poderes da República, onde ocorreram atos de vandalismo e cenas chocantes, inclusive escatológicas, transmitidas para o mundo inteiro.

A intentona golpista não prosperou, mas deixou cicatrizes. As instituições democráticas tiveram que decidir se, nos prédios vandalizados, iriam remover as cicatrizes, substituindo os objetos danificados ou restaurando-os, ou se as deixariam visíveis, expondo suas marcas nos objetos danificados. A opção, neste último caso, coincide com a possibilidade de se valorizar monumentos involuntários criando, para abrigá-los, espaços memorialísticos.

A *Agência Gov*, da Empresa Brasil de Comunicação, noticiou o ato Democracia Inabalada, no dia oito de janeiro de 2024, com abertura realizada no Congresso Nacional (Agência Gov, 2024). Passado um ano da tentativa de golpe, o evento contou com a presença de autoridades como o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. A tônica do ato foi de reafirmação do compromisso das instituições junto à Constituição Federal e à democracia.

No Congresso Nacional, foi realizada uma cerimônia simbólica de reintegração ao patrimônio público do Senado de uma tapeçaria projetada por Burle Marx. Esta tapeçaria foi alvo de vandalismo, sendo arrancada da parede, rasgada, contaminada com urina e pó de extintor. Posteriormente, passou por um processo de restauração e, conforme afirmou Maria Cristina Monteiro, coordenadora do Museu Histórico do Senado, estará em destaque para representar a restauração e o retorno de dezenove das vinte e uma peças danificadas.

Exposições foram realizadas com os resultados do trabalho das equipes de limpeza, de arquitetura, de conservação e de restauração de objetos, de obras de arte e de mobiliários. A Câmara dos Deputados realizou a mostra denominada 8 de Janeiro, no Salão Verde, que esteve aberta à visitação de oito de janeiro a vinte e nove de março de 2024, com o objetivo de fomentar o diálogo entre os divergentes.

Figura 6 – Objetos na exposição 08 de Janeiro



Objetos na exposição 08 de Janeiro, realizada no Salão Verde da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, em 2024.



O STF realizou, em suas dependências, uma exposição denominada "Após 8 de Janeiro: Reconstrução, Memória e Democracia". Estão expostos, na instituição, objetos que não serão restaurados e formarão uma coleção em espaços denominados Pontos de Memória. Esses objetos são apresentados por causa da gravidade dos danos sofridos, que impossibilita sua recuperação, enquanto outros, mesmo que possam ser restaurados, também estão sendo exibidos como exemplos. Este é o caso do busto do jurista, advogado e diplomata Rui Barbosa. A peça foi retornada ao local de onde foi arremessada, mas o busto continua com um amassado na cabeça.

No STF, até o momento, foram restaurados cento e dezesseis itens do acervo da instituição. Outros itens ainda estão em avaliação, mas cento e seis itens históricos, de valor inestimável, foram perdidos sem possibilidade de restauração. Entre os objetos restaurados, estão itens relevantes da coleção, como a estátua em bronze intitulada A Justiça, esculpida por Alfredo Ceschiatti, e a obra Os Pioneiros de Ontem e de Hoje, pintada pelo artista plástico Massanori Uragami.

O presidente do STF, ministro Barroso, destaca que as marcas da violência nesses objetos documentarão e permitirão a reflexão sobre a gravidade do atentado à democracia. Conforme enfatiza Barroso, esses testemunhos se tornarão parte integrante da história da Corte e da sociedade brasileira.

Enfim, estão em curso exposições temporárias e permanentes de objetos restaurados ou danificados que foram devolvidos aos seus locais de origem ou estão sendo integrados a novas coleções. Por fazerem parte do acervo das sedes dos Três Poderes – edificações relevantes como exemplos da arquitetura moderna do século XX, projetadas pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer (1907-2012) –, esses objetos, obras de arte e mobiliário danificados já faziam parte do patrimônio público, e alguns deles eram considerados monumentos voluntários mesmo antes dos atos de vandalismo. Esse é o caso, por exemplo, do Brasão da República do STF, inicialmente concebido como um monumento voluntário devido à sua natureza de representar a República Federativa do Brasil. Agora, ele também adquire o papel de monumento involuntário, tendo testemunhado e sido afetado pelo vandalismo dos golpistas.

6 EDIFÍCIOS E ESPAÇOS MEMORIALÍSTICOS

Apesar da adesão de certos setores da Igreja Católica ao golpe Civil-Militar no Brasil de 1964, exemplificada pela mobilização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, que antecedeu o golpe e contou com a presença de representantes da elite paulistana, algumas autoridades eclesiais representaram resistência e luta durante o período ditatorial. Entre essas figuras proeminentes estão dom Helder Câmara (1909-99), nomeado arcebispo de Olinda e Recife em 1964; dom Pedro Casaldáliga (1928-2020), designado administrador apostólico em 1970 e, no ano seguinte, nomeado bispo prelado de São Félix do Araguaia; e dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), que foi nomeado Arcebispo Metropolitano de São Paulo em 1970 e em 1998 recebeu o título de arcebispo-emérito de São Paulo (Memórias da Ditadura, 20--a).

Como arcebispo, em 1973, dom Arns presidiu a Celebração da Esperança em memória de Alexandre Vannucchi Leme, um estudante universitário cuja vida foi ceifada pela ditadura. No ano seguinte, em 1974, ele solidarizou-se com os familiares de presos políticos ao apresentar ao general Golbery do Couto e Silva um dossiê detalhado contendo informações sobre os casos de vinte e dois desaparecidos. Em 1975, na Catedral Metropolitana de São Paulo, também conhecida como Catedral da Sé, dom Arns conduziu um histórico culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog, um jornalista assassinado pelo regime de exceção (Memórias da Ditadura, 20--b).

A Catedral da Sé, localizada na Praça da Sé, no coração da cidade de São Paulo, se destaca com sua cúpula de estilo renascentista e é considerada um dos mais notáveis exemplares do estilo neogótico. Ainda assim, o edifício transcende sua importância como templo religioso e como marco arquitetônico. Além de sua imponente presença física, a Catedral é um testemunho de eventos históricos recentes no país. Desde os acontecimentos mencionados até o memorável comício das Diretas-Já, em 1984, tanto a Catedral quanto a Praça da Sé se tornaram símbolos da luta pela redemocratização do Brasil. Com a atuação de dom Arns, a Catedral da Sé passou a ser também reconhecida como um lugar que serviu de refúgio e apoio para os perseguidos políticos durante a Ditadura Civil-Militar.

Figura 7 – Catedral da Sé, Praça da Sé, São Paulo-SP



Catedral da Sé, localizada na Praça da Sé, no Centro da cidade de São Paulo-SP, imagem de 2014.

Fonte: Wilfredor, CC0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=35195051>, 2014.

Outros edifícios, como a igreja da Vila Fátima, em Guarulhos, não possuem a mesma imponência monumental quando comparados ao complexo das sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, ou à Catedral da Sé, em São Paulo. Tais sedes e a mencionada Catedral agregam peso e densidade simbólica significativos, seja pelas primeiras, em relação ao funcionamento político e administrativo do Estado, ao valor arquitetônico e monumental, seja no caso do templo, devido ao seu valor relacionado à sua importância arquitetônica, para a escala da religião Católica no Brasil e por ser um local de referência aos perseguidos pela Ditadura Civil-Militar.

Ainda assim, edifícios, como a igreja da Vila Fátima, são parte do acervo memorial das comunidades locais, com alcance que ultrapassa os limites geográficos. Eles representam elementos-chave que, quando analisados em conjunto, ajudam a reconstruir ou compreender o panorama cultural nacional. Apesar de o prédio original da igreja da Vila Fátima não ter sido tombado, como patrimônio, e tampouco preservado, a nova edificação mantém sua relevância como templo religioso para a comunidade católica. A questão central é: como esta nova estrutura pode permitir o acesso a outras camadas materiais da memória?

A comunidade pode se organizar em torno da criação informal de um ou mais centros de documentação popular e de memória. A declaração de um “lugar de memória”

pelo Iphan para uma instituição, como a igreja de Vila Fátima, representa uma alternativa em termos de patrimônio. A comunidade também pode submeter esses espaços à certificação e/ou cadastro como “pontos de memória” junto ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Essas opções concedem a esses locais algum grau de formalidade, viabilizando o acesso a políticas públicas. Iniciativas como essas possibilitam que a comunidade participe da preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural, contribuindo para o aprofundamento de uma cultura memorialística democrática e plural.

7 INSTITUCIONALIDADES E DOCUMENTAÇÃO POPULAR

Iniciativas como a do STF, de expor objetos danificados pela ação de vandalismo, apontam para a importância da memória material ao ressaltar monumentos não intencionais. Além disso, auxiliam na reflexão acerca dos modos de institucionalidade mediante os quais as práticas documentárias são realizadas. Com dinâmica própria, a configuração das institucionalidades pode apresentar características formais, semiformais ou informais.

As instituições formais, como igrejas, repartições públicas, órgãos dos Três Poderes, ministérios, secretarias de governo, empresas, entre outras, podem abrigar centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos, em suas diversas tipologias. Nesses ambientes formais, a interação entre público e objetos informacionais é mediada, sobretudo, por profissionais de informação e educação com formação técnica e/ou universitária, além de competências bem definidas.

Em instituições semiformais, tais como os centros de documentação popular, pesquisas no âmbito das ciências da informação e documentação (Lima, 1986; Carvalho, 1999; Camoleze; Cavalcante; Troitiño Rodriguez, 2019) enfatizam a possibilidade de integração, nesses centros, de profissionais de informação. Isso ocorre a despeito da inclusão e possível participação de voluntários que, não necessariamente, possuem formação escolar, técnica ou universitária. Nesses estudos, há uma influência do discurso que enfatiza a eficiência e a eficácia de serviços oferecidos em centros de documentação popular, abordagem esta também presente em ambientes institucionais formais. Observa-se, em tais investigações, uma interlocução com conhecimentos dos campos da biblioteconomia (Carvalho, 1999), da museologia (Chagas; Gouveia, 2014) e da arquivologia (Camoleze; Cavalcante; Troitiño Rodriguez, 2019). Apesar da contribuição

destes conhecimentos para os centros de documentação popular, eles podem, por outro lado, limitar criações inventivas. Isso porque a reprodução de conhecimentos acadêmicos tende a ser um referente orientador da conservação de práticas e comportamentos.

Os espaços dedicados à memória e à documentação popular podem, ainda, assumir um caráter informal, sendo relativamente independentes das institucionalidades formais ou semiformais. As instituições informais estabelecidas pela comunidade para atender às suas necessidades e demandas desenvolvem uma dinâmica própria. Os centros de documentação popular surgidos dos movimentos sociais da sociedade civil organizada representam uma alternativa para preservar a memória e inspirar a continuidade das reivindicações. Eles são criados quando membros da comunidade identificam lacunas, como a ausência de equipamentos e dispositivos informacionais e culturais (bibliotecas, museus, etc.). Em alguns casos, esses membros organizam mutirões e ações coletivas para obter livros e materiais relevantes, além de se articular para pressionar o poder público por políticas adequadas.

As instituições informais, sejam comunitárias ou populares, podem subsistir sem a presença ou intervenção de profissionais. Quando há tal envolvimento, geralmente se dá por meio de ações voluntárias ou programas de extensão universitária. Assim, os centros de documentação popular podem, conforme sinaliza Maria Mercedes Rocha, ser formados sem contar com a participação de bibliotecários e documentalistas (Rocha, 1994). Caso o profissional não seja um membro da comunidade, será a própria comunidade que determinará se irá acolhê-lo e permitir sua participação na iniciativa popular.¹⁹ Esses centros informais são frequentemente estabelecidos nas periferias das cidades como resposta da população aos mecanismos de poder das classes dominantes (Almeida Junior, 1997). Eles lidam com a documentação popular visando promover a transformação social almejada pelas classes populares (Almeida Junior, 1993).

As instituições populares informais não estão sujeitas a normas, códigos de ética ou reservas de mercado estabelecidas por conselhos de classe, e não dependem da universidade para qualquer orientação ou validação. Não obstante, elas devem respeitar os direcionamentos legais presentes na Constituição Federal. Tais instituições informais

¹⁹ As experiências em bibliotecas populares destacam a resistência das comunidades em relação a agentes externos, muitas vezes devido à decepção com a inexistência de continuidade das ações ou quando os executores não reportam os resultados aos membros da comunidade. Essa questão geralmente se refere à intervenção da universidade através de ações de extensão. Além disso, os agentes externos tendem a impor esquemas pré-determinados de atividades, que podem não corresponder às necessidades específicas das comunidades, levantando a indagação sobre a interferência autoritária na definição dos serviços oferecidos (Rabello, 1987).

são caracterizadas pela ação motivada por valores compartilhados pela comunidade, evocando sentimentos de pertencimento e identidade, ou mobilizando reações para a reivindicação de direitos.

Nesse contexto, a documentação popular adquire relevância estratégica diante da ausência de ações estatais na formulação e implementação de políticas públicas ligadas à informação, cultura e memória. Em ambientes caracterizados por uma institucionalidade informal, como a “casa-museu” de Dodô da Portela,²⁰ ou semiformal, como a biblioteca popular do Cddh-Guarulhos,²¹ ações da comunidade possuem potencial para criar espaços memorialísticos e centros de documentação popular²² ao coletarem, armazenarem e tornarem acessíveis objetos e documentos de interesse da comunidade ou por ela produzidos.²³

²⁰ A mostra Pequenas Áfricas: o Rio que o Samba Inventou, sob a curadoria de Angélica Ferrarez, Luiz Antônio Simas, Vinícius Natal e Ynaê Lopes dos Santos, aborda o legado do samba para a formação da cidade do Rio de Janeiro. Realizada de vinte e oito de novembro de 2023 a vinte e um de abril de 2024 no Instituto Moreira Sales, na cidade de São Paulo, a exposição permite, por meio de documentos, objetos, fotografias, vestimentas e meios digitais e interativos, o contato com a memória da efervescência cultural da comunidade negra carioca no início dos anos 1900 (Monterastelli, 2023). A mostra homenageia, dentre outras figuras ilustres do samba, Maria das Dores Alves Rodrigues, conhecida como Dodô da Portela, e seu rico acervo, nomeando um espaço, na exposição, de Museu dos Pobres. Segundo Ferrarez, que entrevistou Dodô da Portela, a porta-bandeira dizia: “o museu do pobre era a parede de casa”. Além de se referir a um meio de cuidar do próprio patrimônio e do patrimônio da comunidade, a frase de Dodô também reflete uma forma de protesto, de quem passou a vida tendo que cultivar uma memória material do samba que, apesar de hoje ser um patrimônio cultural brasileiro, continua a ser relegada pelo Estado como uma manifestação ou arte menor, marginal. Conforme relata Vinícius Natal, não há, ainda hoje no Brasil, uma instituição pública dedicada à história do samba. A parede de Dodô – como acervo e espaço memorialístico – ilustra a ideia de institucionalidade informal para a preservação e acesso à memória material.

²¹ Se a casa de Dodô da Portela pode ser considerada um museu e um centro de documentação popular no nível informal, o Cddh-Guarulhos reunia, junto à sua biblioteca popular, características de um centro de documentação semiformal. Como uma organização não governamental, regida por estatuto e com a participação de membros voluntários que se alternavam na diretoria, conforme deliberação em assembleia, o Cddh-Guarulhos reunia em sua sede, além de livros e documentação sobre direitos humanos, parte da memória dos movimentos sociais da cidade. Isso porque sua atuação junto a fóruns municipais – como os da criança e do adolescente e da saúde, assumindo a posição de sede da documentação – registrava a participação de setores da sociedade civil organizada na vida pública.

²² Os centros de documentação popular, juntamente com as denominadas bibliotecas populares, são uma alternativa às bibliotecas públicas tradicionais, podendo também ser denominados, segundo Oswaldo de Almeida Junior, de centro de documentação e informação popular, centro de informação popular, serviço de informação popular, entre outros (Almeida Junior, 1993).

²³ A constituição de acervos de interesse da comunidade, principalmente de natureza bibliográfica, realizada por membros da própria comunidade, está associada, conforme Odília Clark Rabello, à

8 DOCUMENTAÇÃO EM PERSPECTIVAS DE AÇÃO

A ideia de que o papel da documentação sempre esteve restrito às atividades técnicas e científicas (Rocha, 1994) se consolidou e permaneceu ao ponto de ser pouco questionada pelo campo informacional. Alternativamente a esta perspectiva, desdobraram-se movimentos em prol da documentação popular durante um período de diálogo entre ideias marxistas e a atuação religiosa e política na América Latina. Desse diálogo emergiu a Teologia da Libertação, cuja influência pode ser observada, no início da década de 1980, em documentos da Celadec (Comisión Evangélica Latino-Americana de Educación Cristiana), do CPV (Centro Popular Vergueiro) e do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).²⁴

O movimento da documentação popular destaca a dimensão política da documentação. No entanto, autores que refletem sobre essa abordagem popular negligenciam certos aspectos da documentação científica. Ao comparar a documentação científica e a documentação popular, reafirma-se uma percepção que associa a primeira à busca por neutralidade política e técnica, enquanto a segunda é vista como uma forma de resistência política: “Enquanto a documentação posiciona-se como científica, apolítica e neutra, na documentação popular, o posicionamento político aparece claramente a favor

criação de bibliotecas que buscam suprir a ausência do Estado, mas que, de “baixo para cima”, também fazem frente a propostas tradicionais e conservadoras. “A biblioteca popular geralmente está ligada a movimentos associativos ou comunitários que conscientizam os grupos, como os quais trabalham, para os direitos e necessidade dos cidadãos” (Rabello, 1987, p. 33).

²⁴ O Celadec denuncia a suposta neutralidade da documentação científica europeia como um instrumento de alienação e monopólio do sistema capitalista. Em contrapartida, a documentação popular é vista como uma ferramenta libertadora de educação e conscientização política, rompendo com o monopólio da informação e do conhecimento pelos setores dominantes, facilitando o acesso ao conhecimento e promovendo processos de comunicação e protagonismo em lutas populares (Celadec, 1981). O CPV publicou no Brasil em 1982 o documento *Definição e o conteúdo da documentação popular*, onde é possível observar a documentação popular como um instrumento de consciência, de organização e de ação dos movimentos populares (Centro..., 1982). O Cedi reconhece a necessidade de uma abordagem mais sofisticada para o tratamento da informação, embora compreenda que a relação do sistema capitalista com a produção de documentação científica compromete a neutralidade técnica, muitas vezes utilizada como forma de manipulação (Memória..., 1984).

das classes populares, considerando a documentação como um instrumento para a mudança social” (Rocha, 1994, p. 12).²⁵

Essa análise simplifica excessivamente a documentação científica e seu legado. Por outro lado, Otlet, como uma figura de seu tempo, levanta a possibilidade de explorar interpretações que abordam a dimensão política de suas ações, incluindo o contexto histórico, o pensamento predominante na época e as redes de relacionamentos como elementos fundamentais para viabilizar projetos. Algumas pistas que sinalizam a complexidade da dimensão política presente na concepção de documentação e de internacionalismo defendidos por Otlet podem ser observadas na obra *Information beyond borders: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque*, publicada em 2014 e organizada por Rayward.²⁶

A ambivalência da *belle époque* – entre a promoção do nacionalismo e dos ideais universalistas – revela uma questão fundamental no posicionamento político de Otlet e La Fontaine. Seu pacifismo era fundamentado na crença de que a guerra é produto da ignorância e que facilitar o acesso ao conhecimento científico poderia evitar conflitos.²⁷

²⁵ A dimensão política da documentação científica, em leituras como as de Rocha (1994), é concebida como um meio ideológico à luz da perspectiva materialista histórica, onde, segundo essa perspectiva, existe o ocultamento da verdadeira natureza das relações sociais e a origem das formas de exploração econômica e dominação política (Chauí, 2001). Nesses termos, a documentação científica é interpretada como um meio ideológico propagador de falsa consciência, obliterando os reais interesses da classe dominante.

²⁶ Na seção dedicada à organização internacional e ao pacifismo, os capítulos destacam que os esforços bibliográficos durante a *belle époque* coincidiram com um período de intenso avanço científico em solo europeu, caracterizado por um aumento significativo na pesquisa e na especialização, na formação de redes institucionais e na internacionalização da ciência. Durante a *belle époque*, as exposições mundiais europeias refletiam aspirações nacionalistas e colonialistas em ciência, tecnologia, indústria, comércio e agricultura. Além de propaganda e entretenimento, visavam melhorar as condições de vida da população do continente (Rayward, 2014).

²⁷ A ideia de que a guerra é sinônimo de ignorância e a ingenuidade segundo a qual o acesso ao conhecimento científico permitiria sua apropriação e seria um meio de subverter a dominação do homem pelo homem – tendo a luz da razão como árbitro –, constituíam premissas políticas compartilhadas na época. Na obra *Information beyond borders* (Rayward, 2014), a perspectiva pacifista de Otlet e de La Fontaine encontra relação em figuras como Alfred H. Fried, preocupado com a criação de instituições internacionais (Laqua, 2014). A ideia de governo global por meio da ciência, especialmente em relação ao movimento pacifista, e a tentativa de se estabelecer uma capital mundial, está presente nos esforços de Pieter Eijkman (Somsen, 2014). A contradição da *belle époque* foi observada com a análise da perspectiva eurocêntrica em relação à realização de congressos internacionais orientistas (Sarvais, 2014). A sociologia de Bruxelas, antes da Primeira Guerra Mundial, teve um papel relevante ao desenvolver a ideia de organicismo. Essa perspectiva influenciou Otlet e La Fontaine para construírem um modelo de organização internacional (Van Acker, 2014). O Institut International pour la Diffusion des Expériences Sociales

Parece que o paradoxo da *belle époque* não foi dimensionado com o rigor que mereceria por aqueles pacifistas, já que estes, em última instância, testemunharam os horrores das disputas que resultaram nas duas grandes guerras mundiais. Ainda assim, o pacifismo foi, na época, uma forma de resistência política de Otlet, de La Fontaine e dos demais defensores, e a documentação científica foi um dos instrumentos para buscar derrotar o “fantasma” da guerra.²⁸

Dessa forma, tanto a documentação científica quanto a documentação popular são direcionamentos e planos de ação políticos que empregam técnicas – documentais – para alcançar seus objetivos. Uma das considerações importantes é determinar quais documentos são adequados para cada uma das perspectivas. Outra questão crucial é identificar quem se beneficia do uso e da apropriação do conhecimento contido nos documentos. Ambas as questões já foram amplamente discutidas na literatura sobre a documentação científica. Agora, faz-se pertinente refletir sobre os materiais, os destinatários e as abordagens envolvidos na documentação popular.

9 DOCUMENTAÇÃO POPULAR: FONTES, PARA QUEM E COMO

9.1 Fontes

Quais são as fontes de interesse à documentação popular? Quando em cotejo com a documentação científica, há entendimentos de que enquanto esta “[...] é mais abrangente e, em princípio, tem como protagonista da tarefa documental todos os campos da atividade humana [...]”, a documentação popular tem como personagem principal “[...] as forças sociais que compõem o movimento popular e como fato central, a ser documentado, as contradições sociais.” (Rocha, 1994, p. 12).

Em termos documentais, todavia, é válido afirmar que a diversidade e a amplitude das fontes também se aplicam à documentação popular. Na documentação popular existe uma concepção semelhante de documento e monumento – como é trabalhado na

formou uma rede de defesa transnacional que conectava conhecimento científico e ativismo social em prol do progresso social e da paz (Verbruggen; Carlier, 2014).

²⁸ A documentação e a articulação internacional em torno da organização e do acesso ao conhecimento seriam meios científicos para permitir aceder à ciência e, por conseguinte, alcançar a sonhada paz. Esse vislumbre foi abalado pelas duas grandes guerras mundiais, a primeira de 1914 a 1918, e a segunda de 1939 a 1945, sendo a última o desfecho para as esperanças de La Fontaine e de Otlet, que faleceram pouco tempo antes do término do conflito.

documentação científica e na historiografia –, embora nos movimentos sociais essa ampliação conceitual ocorra de maneira espontânea e não teoricamente articulada. Da mesma forma, ela pode abranger objetos, edifícios e espaços relevantes, documentalmente, para as iniciativas da comunidade. Assim, não haveria limites para a incorporação de fontes em espaços como a “casa-museu” da Dodô da Portela ou a biblioteca popular do Cddh-Guarulhos.

A nova sede da igreja da Vila Fátima pode armazenar e expor objetos representativos da memória material da comunidade. Esses objetos serviriam como instrumentos para que os membros da comunidade e outros interessados pudessem relembrar e acessar a importância histórica daquele local. Essa função vai além do propósito primário do espaço como templo religioso, adquirindo, complementarmente, uma relevância política e cultural com o armazenamento e/ou exposição de documentos e monumentos intencionais e não intencionais.

9.2 Destinatários

A quem se destina a documentação popular? Quando em comparação com a documentação científica, existe a compreensão de que para esta os destinatários de interesse sempre foram uma elite de intelectuais, cientistas e eruditos, ou seja, “[...] todos os segmentos das forças sociais que compõem a classe dominante [...]”, enquanto que para a documentação popular “[...] são aquelas forças sociais que compõem o movimento popular, incluindo os ignorantes e os explorados.” (Rocha, 1994, p. 12).

No entanto, há nuances sobre os destinatários da documentação científica que nem sempre são consideradas. Se membros da elite exercem profissões com o propósito de servir ao bem público, então o conhecimento científico pode influenciar e/ou alcançar, ainda que indiretamente, camadas da população cultural, educacional e economicamente desfavorecidas.²⁹ Ainda assim, outras características relativas aos destinatários da

²⁹ A noção de práxis do filósofo alemão Karl Marx (1818-83), se considerada a partir de sua participação social, reflete o importante papel que a documentação científica pode desempenhar em um contexto onde o conhecimento é produzido e gera efeitos. Nessa direção, sem precisar recorrer às incursões de cunho revolucionário-marxista que mudaram os rumos do século XX, o papel social da documentação científica pode ser exemplificado quando, em um cenário de acesso a produções acadêmicas, um educador obtém informações junto às obras de Paulo Freire, ou quando um cientista obtém subsídios para produzir vacinas. A aplicação do método de alfabetização freiriano ou da vacina são exemplos de intervenção. O que é chamado de “social”, no caso da documentação e do conhecimento científico, pressupõe uma intervenção na

documentação científica merecem ser destacadas, sobretudo por serem importantes para a reflexão sobre a documentação popular.

Para tanto, torna-se relevante explorar aspectos sobre um conceito fundamental nas ciências da informação e documentação: o usuário de informação. À luz desse construto, é possível destacar pelo menos quatro limitações epistêmicas (Rabello, 2023), que podem influenciar a atuação do pesquisador e do profissional. São elas:

1. Pressupõe uma ênfase no funcionamento do sistema de informação, com um desempenho excessivamente voltado para o contexto formal, seja ele – o sistema – na forma de biblioteca, museu, arquivo, base de dados, website, entre outras;
2. Considera, como resultado da mediação, apenas o processo uso, excluindo do horizonte outros processos relevantes, como leitura e apropriação da informação para a produção de conhecimento;
3. Negligencia, no processo de mediação, sujeitos, considerando apenas atributos “socialmente aceitos”. O usuário de informação é idealizado com certos atributos, podendo levar a inadequações institucionais, a preconceitos e à desconsideração daqueles sujeitos carentes desses atributos previamente concebidos;
4. Presume destinatários como sujeitos menos por sua ação, como agente comunicativo, pensante e histórico, e mais por sua recepção de conteúdos. O protagonismo tende a ser ignorado.

As limitações epistêmicas do conceito de usuário de informação – decorrentes sobretudo da negligência em relação aos sujeitos e suas potencialidades – são pertinentes para uma reflexão sobre os destinatários dos centros de documentação popular. Isso conduz à distinção estratégica entre usuários e não-usuários, além de diferenciar destinatários da informação dos protagonistas sociais.

9.2.1 Usuário e não-usuário de informação

O conceito de usuário de informação³⁰ pode ser examinado à luz dos debates sobre os privilégios de classe. O “perfil ideal” de usuário de informação reflete os atributos

coletividade, ampliando sua carga semântica para além de contextos de assimetrias de classe social.

³⁰ As ciências da informação e da documentação tendem a focar tanto os usuários de informação reais quanto os potenciais, ambos com necessidades de informação. O público real – composto de usuários reais – utiliza efetivamente o sistema e seus produtos e serviços, enquanto o público potencial possui capacidades para tal uso, mas precisa ser alcançado ou estimulado pelo

materiais e simbólicos das classes média e alta. Nessa direção, a perspectiva tradicional de mediação da informação e de estudos de usuários visa transformar o usuário potencial em usuário real, baseando-se nos atributos prévios das classes privilegiadas,³¹ com a incorporação de diferentes tipos de capitais, como o capital econômico e o cultural, conforme abordado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002).³² A desconsideração ou negligência de produtos e serviços voltados a sujeitos que não se adequam ou carecem de certos atributos pré-definidos tem sido trabalhada em termos de não-público (Jeanson, 1973), composto de não-usuários (Rabello, 2023).

O conceito de não-público sugere que o não-usuário não é apenas um indivíduo que opta por não utilizar determinado produto ou serviço em uma instituição, mas pode representar uma condição que afeta um coletivo. Ainda assim, a construção social do não-usuário ultrapassa a assimetria das classes sociais. Instituições de informação podem excluir um sujeito ao se basear em preconceitos ou por desconsiderar a diversidade da comunidade, convertendo usuários em não-usuários de informação, independentemente de sua classe social. Obstáculos institucionais, como ausência de acessibilidade física e linguística, equipamentos inadequados e atitudes preconceituosas, contribuem para essa exclusão (Rabello; Almeida Junior, 2020).

A transição da condição de não-público para público pode ser considerada a partir de uma mudança social e atitudinal (Jeanson, 1973). A perspectiva de Paulo Freire, nessa direção (Flusser, 1980), preconiza o uso de palavras geradoras para mobilizar grupos específicos, visando à transformação social mediante uma ação cultural para a liberdade (Freire, 1979). Sob esse ângulo, a técnica não é neutra, mas empregada para transcender a abordagem mecanicista da palavra alienada, promovendo uma compreensão que permite nomear o mundo e instigar a ação crítica. A práxis, neste caso, é construída em diálogo, respeitando a visão de mundo, a palavra e a cultura dos sujeitos, sem haver,

profissional para acessar e utilizar a informação e suprimir sua necessidade (Rabello; Almeida Junior, 2020).

³¹ Essa perspectiva tradicional pressupõe um recorte segundo o qual apenas os sujeitos que possuem requisitos mínimos para estarem nas classes privilegiadas assumem prerrogativas no campo informacional para serem estudados como usuários e, assim, considerados no processo de mediação da informação e da cultura (Rabello, 2023).

³² O capital econômico está relacionado ao acúmulo de bens dessa natureza. O capital cultural é aquele incorporado como valores e comportamentos e acumulado com diplomas escolares e objetos culturais. Ambos podem ser acumulados, assumindo a forma de capital simbólico, ou seja, de distinção social (Bourdieu, 1989).

previamente, o prejulgamento de uma cultura como superior à outra e, conseqüentemente, sem que exista como pressuposto uma subjugação orientadora (Freire, 1979).

9.3 Abordagens: de destinatários a protagonistas

A partir de uma leitura de Rabello (2023), que apresenta uma proposta alternativa para estudos sobre usuários e não-usuários de informação, é possível identificar pelo menos duas abordagens trabalhadas nas ciências da documentação e da informação que são relevantes para refletir sobre os sujeitos de interesse à documentação popular. São as abordagens de:

- **Enquadramento** – concentrada na internalização de uma cultura “socialmente aceita”, explicitada por Bourdieu, e na mera “armazenagem” ingênua de conteúdos, denunciada por Freire, o que pressupõe que o sujeito deve se adaptar a uma realidade previamente imposta, com uma classe social sobrepondo-se à outra e estabelecendo um padrão de comportamento esperado. Nessa abordagem, práticas são aceitas, toleradas ou rejeitadas com base no grau de submissão às ações estabelecidas e/ou impostas. A palavra formação está profundamente impregnada de enquadramento quando se refere à adequação do sujeito – do educando e do usuário de informação – a uma forma de ser e estar no mundo previamente formatada.

- **Diálogo (ou dialógica)** – pressupõe que a ação cultural não deve ser realizada *para* o não-público, mas deve ser realizada *com* tais membros da comunidade, em uma interação que busca uma linguagem comum e respeita a cultura do não-público e dos socialmente excluídos, conforme observado, respectivamente, em Jeanson e em Freire. Nessa perspectiva, os não-usuários são concebidos como sujeitos protagonistas na construção conjunta de instrumentos de contestação e/ou participação, e as instituições criadas, resultantes desse enredamento, buscam reconhecer e valorizar a cultura, a voz e a autoria dos não-usuários. Nesse contexto, a informação semântica³³ e os preceitos democráticos são orientadores e estabelecem um recorte atitudinal do que se

³³ A informação semântica é aquela que a ciência, os meios de comunicação e as instituições formais ou semiformais têm no horizonte, sendo essas esferas preocupadas em transmitir/intermediar informação factual e/ou com referente na realidade. Constituem “[...] dados significativos e bem formados” quando igualmente “[...] qualificados como contingentemente verdadeiros.” (Floridi, 2005, p. 351).

quer, do que não se quer, do que se pode ou não se pode defender e/ou compartilhar, seja na esfera legal, moral, comunicacional e/ou científica.

A abordagem de enquadramento é geralmente trabalhada nos espaços institucionais formais, onde necessariamente se encontra, para além dos meios formais de ensino, os centros de documentação científica e outros equipamentos e dispositivos informacionais e culturais, como bibliotecas, museus e arquivos. Ao trabalhar com uma cultura “socialmente aceita”, o enquadramento tem como contexto uma perspectiva “iluminista”, onde há um direcionamento de uma luz, uma razão, que ilumina os espíritos afetados pelas obscuridades da ignorância. A perspectiva da documentação originalmente proposta por Otlet segue esse direcionamento.³⁴

Os centros de documentação populares semiformal tendem a ser mais inclinados à abordagem do enquadramento. Esse enquadramento pode ocorrer a partir de uma tradição marxista ou de variações teóricas segundo as quais a população – o proletariado, os cidadãos, os fiéis (por exemplo, para a Teologia da Libertação) – necessita de uma orientação racional para se organizar e, a partir daí, se emancipar. Essa abordagem, quando vista de uma perspectiva política de esquerda moderada, tem o potencial de promover uma cultura democrática que pode orientar reivindicações por direitos. Em seu extremo, a abordagem pode vislumbrar uma revolução com o objetivo de reconfigurar a estrutura e a correlação de forças entre os despossuídos e os detentores dos meios de produção. Dessa forma, a transição do não uso do que é disponibilizado pelo centro popular para o uso ocorre sobremaneira por meio da adesão dos sujeitos em relação ao que é proposto como prática e conteúdo a ser adotado.

Como os espaços memorialísticos informais – com sua documentação popular – surgem dentro das comunidades e no contexto de movimentos sociais, eles se desenvolvem organicamente com os membros locais na tentativa de abordar e solucionar questões comuns. Essa origem comunitária engendra maior abertura e engajamento para abordagens dialógicas. Nesse caso, o protagonismo é um pressuposto. Os membros externos, por sua vez, precisam ser aceitos pela comunidade e, como forma de

³⁴ Embora o presente ensaio não analise diretamente a questão da abordagem dialógica nos centros de documentação científica e em outros meios formais e semiformal, trata-se de um tema que merece um debate específico, tal qual realizado por Almeida Junior (2015) e Gomes (2020). Contudo, é importante destacar que as estratégias de enquadramento e diálogo são especialmente relevantes para os movimentos sociais e populares, assim como para seus espaços memorialísticos e centros de documentação, independentemente de serem semiformal ou informal. O nível de hierarquia e horizontalidade na gestão e gerenciamento desses espaços oferece indícios sobre tendências, pelo menos em termos lógicos e conceituais.

integração, devem presumir uma relação de diálogo, reconhecendo que são seres exógenos sujeitos a possíveis rejeições. Esse ator externo não deve impor sua visão de mundo, sendo sensível a valorizar a cultura e a palavra dos membros da comunidade. Ademais, o não-público do espaço memorialístico ou do centro de documentação popular se torna público ao reconhecer que a proposta em questão emergiu no âmago da comunidade, sendo produzida por seus membros.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, a igreja da Vila Fátima destacou-se como testemunha e expressão de resistência, desempenhando esse papel ao lado de muitos outros templos e espaços em países da América Latina que enfrentaram regimes autoritários. Para uma parcela da comunidade local, a igreja representa mais do que um edifício ou templo religioso; é um símbolo de luta contra a repressão e de mobilização para a garantia de direitos. Diante do ressurgimento de tendências autoritárias, recordar histórias como as vivenciadas na igreja da Vila Fátima torna-se uma estratégia importante para alertar sobre o que realmente ocorre durante regimes ditatoriais e das possíveis implicações, mesmo em um contexto de aparente normalidade democrática.

Os acontecimentos relatados envolvendo a igreja da Vila Fátima e sua comunidade chamam a atenção não apenas por ser um caso emblemático da atuação quase anônima de cidadãos em um determinado momento da história do país, mas também por envolver, direta ou indiretamente, a articulação de figuras anônimas com aquelas que tiveram ou ainda têm alguma projeção nacional ou internacional.³⁵ Os espaços memorialísticos e os

³⁵ É possível traçar, neste momento, uma síntese das articulações entre atores do âmbito local, nacional e internacional. A Igreja Católica, nas décadas de 1970 e 1980, foi protagonista em uma convergência de resistência aos arroubos autoritários, tanto no Brasil quanto em outros países. No Brasil, na década de 1970, o procurador estadual de São Paulo Hélio Bicudo obteve informações do padre Geraldo Mauzeroll na vila periférica de Guarulhos, Vila Fátima, que auxiliaram na fundamentação de ações contra o Esquadrão da Morte durante a ditadura Civil-Militar. Esse padre, juntamente com Orlando Fantazzini, fundou, em 1985, uma entidade de direitos humanos, o Cddh-Guarulhos, dedicando-a, em sua denominação, ao padre João Bosco Burnier, assassinado pela ditadura quando essas forças o confundiram com o alvo do comando, que era o bispo dom Pedro Casaldáliga. O bispo convidou, em 1968, o professor Hélio Reis para atuar em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, onde realizou trabalhos de alfabetização baseados nos ensinamentos de Paulo Freire. Após perseguições durante o regime ditatorial, as ações em São Félix foram desarticuladas e o professor Hélio Reis foi convidado, em 1970, a realizar atividades, incluindo a alfabetização de jovens e adultos, na igreja da Vila Fátima. O grupo do qual o professor fazia parte chegou a contar com a colaboração do próprio Paulo Freire em suas ações. O doutor Hélio Bicudo, que trabalhou para o desmantelamento do Esquadrão da Morte e foi uma

centros de documentação populares desempenham ou podem desempenhar um papel fundamental para o resgate de tais atuações e articulações.

Os espaços memorialísticos **formais** e **semiformais**, juntamente com sua documentação, continuam a se beneficiar dos conhecimentos tradicionais e convencionais acumulados ao longo dos séculos, enquanto encontram, na contemporaneidade, soluções e possibilidades de relações híbridas, especialmente nos ambientes analógicos e digitais da biblioteca, do museu e do arquivo. Pressupõe-se, portanto, que esses espaços têm se favorecido dos conhecimentos técnicos provenientes da biblioteconomia, museologia e arquivologia. Tais disciplinas são responsáveis pela formação de profissionais que atuam nesses campos em diferentes contextos institucionais.

Porém, em ambientes de caráter **semiformal**, como em entidades não governamentais, o trabalho documental realizado por agentes sem formação escolar ou universitária específica pode não ser reconhecido pelos meios estritamente formais, mesmo que ofereça soluções documentais e expográficas para o que a comunidade necessita. Nesse caso, a universidade, profissionais e conselhos de classe podem considerar o trabalho inadequado ou ilegal à luz do conhecimento acadêmico e das normas vigentes. No entanto, quando há a presença de profissionais bibliotecários, museólogos ou arquivistas que atuam nesses espaços semiformais, seja de forma remunerada ou voluntária, apesar de atenderem às exigências e ao que se espera deles, tendem a reproduzir modelos e práticas aprendidas durante sua formação acadêmica, os quais podem ser relevantes, mas nem sempre são aplicáveis em todos os contextos.

Os espaços memorialísticos e os centros de documentação **informais**, comunitários ou populares, frequentemente ignoram, por desconhecimento ou escolha deliberada, os padrões estabelecidos pela academia. Por exemplo, a tipificação desses espaços informais é determinada pela própria comunidade, que tem o poder de designá-los conforme seu entendimento e necessidades. Assim, algo que se assemelhe a uma biblioteca, museu ou arquivo pode ser concebido e denominado de maneira distinta.

inspiração para a criação do Cddh-Guarulhos, décadas depois desempenhou um papel importante na destituição da presidenta Dilma Roussef ao assinar, como jurista, um documento com acusações de supostos crimes fiscais, em um cenário que sugere, em seu desdobramento, um golpe parlamentar, em 2016. Os movimentos políticos, empresariais, midiáticos, jurídicos, militares e outros, relevantes para o impeachment da presidenta, foram cruciais para o fortalecimento da extrema direita, culminando na eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. Ele, Bolsonaro, foi o principal incentivador das tentativas golpistas que resultaram nas manifestações antidemocráticas de oito de janeiro de 2023.

Esses ambientes informais não se submetem aos formalismos técnicos considerados como verdades universais, frequentemente apresentados pela universidade como princípios a serem seguidos. Devido à aparente ausência de padronização em suas práticas, a informalidade nesses locais é relevante e constitui uma valiosa fonte de pesquisa para as ciências da informação e documentação. Isso ocorre porque, além de evidenciar a realidade, a improvisação pode ser um solo fértil para a (re)criação de práticas e saberes.³⁶

Complementarmente às questões operacionais, estamos presenciando uma realidade consideravelmente distinta daquela do século XX, possivelmente em um cenário ainda mais distópico do que o retratado na literatura e no cinema. Surgem novos desafios para a promoção da democracia, oriundos de esferas sociais diversas, como o submundo da extrema direita, com suas ameaças golpistas, o fundamentalismo religioso, a teologia da prosperidade, a financeirização da vida, as teorias da conspiração e as mídias sociais, que criam “bolhas” de viés poderosas.

Os desafios se aprofundam quando são criadas realidades paralelas, caracterizadas por lógicas, normas e regras próprias, frequentemente alheias à legislação e ao pacto social vigente. Com ações de revisionismo e distorção histórica, juntamente com a criação de uma narrativa memorial para reforçar vieses de confirmação, enfrentamos a dificuldade de lidar com a emulação de “espaços memorialísticos” e “centros de documentação” formais ou semiformais como verdadeiros templos da desinformação.³⁷

Apesar dos desafios, os lugares de memória e os centros de documentação continuam fundamentais para o aprofundamento de uma cultura memorialística mais democrática e plural. Esses espaços são estabelecidos tanto por instituições públicas, como demonstrado pela resposta dos Três Poderes da República brasileira às

³⁶ Pesquisas decoloniais sobre as formas documentais conduzidas por outras culturas (Alencar; Tognoli; Cervantes, 2023) – como, por exemplo, os povos originários da América Latina e da África – têm evidenciado a riqueza de cosmologias diversas, oferecendo alternativas ao modo eminentemente cartesiano de pensar predominante no denominado Mundo Ocidental.

³⁷ É relevante destacar, como exemplo, a atuação do ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, Sergio Camargo (gestão 2019-2022), na biblioteca da instituição. Durante seu mandato, ao ser nomeado por Jair Bolsonaro, ele tentou descartar livros que considerava “ideológicos” e “esquerdistas”, ordenando aos bibliotecários que o fizessem. Apesar de constituir uma violação da missão da instituição, que visa promover a cultura afro-brasileira, e de estar legalmente impedido de realizar tais atos, ele criou uma coleção para os livros considerados “subversivos”, denominada “Acervo da vergonha” (Rocha; Costa, 2023; Paulo, 2024).

manifestações antidemocráticas de oito de janeiro de 2023, quanto por instituições privadas, por meio de movimentos sociais e outras iniciativas.

Assim como na filosofia, na arte e na ciência, esses locais e instrumentos não oferecem uma única resposta, nem se limitam a uma única pergunta. Sua capacidade de gerar questionamentos e estimular reflexões sobre um futuro orientado por uma cultura democrática os torna propícios para uma mediação dialógica, que preza pelo protagonismo. Nessa direção, os preceitos democráticos e a informação semântica são orientadores e estabelecem um recorte atitudinal do que se quer, do que não se quer, do que se pode e do que não se pode defender e/ou compartilhar, seja na esfera legal, moral, comunicacional e/ou científica.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. **Exposições mostram acervo artístico e histórico restaurado após ataques de 8 de janeiro**. Brasília, 8 jan. 2024. Site: agenciagov.ebc.com.br. Disponível em: agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/exposicoes-mostram-acervo-artistico-e-historico-restaurado-apos-ataques-de-8-de-janeiro Acesso em: 25 mar. 2023.

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N. B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1-26, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e92661. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92661>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Bibliotecas públicas e alternativas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n.1/2, p. 115-127, 1993. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/65>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Edel, 1997.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SILVA, R. J.; SANTOS NETO, J. A. **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

AMARAL, R. **Os 60 anos do golpe e o recuo de Lula**: o presidente errou, taticamente, estrategicamente e, talvez o pior de tudo, errou do ponto de vista pedagógico. São Paulo, 22 mar. 2024. Carta Capital: cartacapital.com.br. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/os-60-anos-do-golpe-e-o-recuo-de-lula/> Acesso em: 25 mar. 2023.

APPEL, M. La entrevista autobiográfica narrativa: fundamentos teóricos y la praxis del análisis mostrada a partir del estudio de caso sobre el cambio cultural de los Otomíes en México. **FQS: Forum: Qualitative Social Research**, Berlin, v. 6, n. 2, Art. 16, mayo 2005.



Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/viewFile/465/995>
Acesso em: 25 mar. 2023.

BBC NEWS BRASIL. **Pedaladas fiscais**: o que TRF-1 decidiu no caso de Dilma?. São Paulo, 28 ago. 2023. BBC News: [bbc.com](https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o) Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o> Acesso em: 25 mar. 2023.

BENOIT, L. O. **Sociologia comteana**: gênese e devir. Prefácio de Isabel Maria Loreiro. São Paulo: Discurso editorial, 1999. 427p. (Coleção Clássicos e Comentadores).

BICUDO, H. P. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

BLANQUET, M.-F. La fonction documentaire: etude dans une perspective historique. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, Paris, v. 30, n. 4-5, p. 199-204, 1993.

BLOCH, M. **Apologie pour l'histoire, ou métier d'historien**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (Instituída pelo Requerimento nº 1, de 2023). **Relatório final**. Brasília, 17 out. 2023. [PARECER (CN) n. 1, de 2023, aprovado em 18 out. 2023].

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.

CAMOLEZE, J.; CAVALCANTE, L. E.; TROITIÑO RODRIGUEZ, S. M. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão**: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 181-190, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9490>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CARTA CAPITAL. Morre Hélio Bicudo, ex-petista que pediu impeachment de Dilma. São Paulo, 31 jul. 2018. Carta Capital: [cartacapital.com.br](https://www.cartacapital.com.br/politica/morre-helio-bicudo-ex-petista-que-pediu-impeachment-de-dilma/). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/morre-helio-bicudo-ex-petista-que-pediu-impeachment-de-dilma/> Acesso em: 25 mar. 2023.

CARVALHO, L. M. O bibliotecário e a diversidade do mercado da documentação popular: CPDCs. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 9, n.2, p. 439-454, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/403>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CELADEC. **Definição e conteúdo da documentação popular**. São Paulo: CPV, 1981. 11 p. (Programa de Documentação 1/81).

CENTRO POPULAR VERGUEIRO. **Definição e conteúdo da Documentação Popular**. São Paulo – SP: CPV, 1982.

CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 27, n. 41, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos, 13)

FLORIDI, L. Is semantic information meaningful data? **Philosophy and Phenomenological Research**, Medford, v. LXX, n. 2, March 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1933-1592.2005.tb00531.x>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.9, n.2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36361>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. (4 ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, Londres, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

GOMES, H. F. Mediação da Informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.3, p.43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. **Revista Educação**, [Educação Patrimonial: Guarulhos: história, cultura e meio ambiente], Ano 1, n. 5, n. 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

IPHAN. Política de Patrimônio Cultural Material. Brasília: Iphan, [202-?]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837> Acesso em: 25 mar. 2023.

JEANSON, F. **L'action culturelle dans la cité**. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

KOPYTOFF, I. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, A. (Ed.). **La vida social de las cosas**: perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo, 1991. p.89-122.

LAQUA, D. Alfred H. Fried and the challenges for "scientific pacifism" in the Belle Époque. In: RAYWARD, W. B. (ed.). **Information beyond borders**: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque. Surrey: Ashgate, 2014.



LE GOFF, J. **História e memória**. 7. Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, J. A. SEDIPO – Serviço de Documentação e Informação Popular: a informação a serviço das organizações populares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, n. 1/4, p. 32-41, dez. 1986. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/issue/view/55>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MEMÓRIA. Rio de Janeiro: CEDI, v. 1, n. 7, 1984.

MEMÓRIAS DA DITATURA: 9 ANOS. **Dom Paulo Evaristo Arns**. São Paulo, [20--b]. Site: memoriasdaditadura.org. Disponível em: memoriasdaditadura.org.br/personagens/dom-paulo-evaristo-arns/ Acesso em: 25 mar. 2023.

MEMÓRIAS DA DITATURA: 9 ANOS. **Justiça social e direitos humanos** São Paulo, [20--a]. Site: memoriasdaditadura.org. Disponível em: memoriasdaditadura.org.br/justica-social-e-direitos-humanos/ Acesso em: 25 mar. 2023.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentalogie. **Revue de Bibliologie, Schema et Schematisation**, Paris, n.19, p.51-63, 1981.

MEYRIAT, J. Un siècle de documentation: la chose et le mot. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, Paris, v.30, n.4-5, p.192-198, 1993.

MONTERASTELLI, A. Mostra “Pequenas Áfricas” esmiúça legado do samba para a formação do Rio: exposição narra efervescência cultural da comunidade negra carioca com fotografias, documentos e instrumentos no IMS. **Folha de S. Paulo**, 2 nov. 2023.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3613>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. [Página oficial]. Guarulhos: [s.n.], [2024]. Disponível em: https://www.facebook.com/ParoquiaVFatima/?locale=pt_BR Acesso em: 20 ago. 2024.

PAULO, L. S. **O acervo da vergonha**: atos e intencionalidades na Fundação Cultural Palmares. 2024. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

RABELLO, O. C. P. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16,



n. 1, p. 19-42, 1987. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36648>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/items/e0b4954d-dedf-43db-b3a3-f93102a2c141>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v.13, n.2, p.5-25, 2019. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932> Acesso em: 25 mar. 2023.

RABELLO, R. Studies on Information Users and Non-Users: An Alternative Proposal.

Open Information Science, [S.l.], v. 7, n.1, p. 20220153, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.1515/opis-2022-0153>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e rede estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.22478/ufrpb.1809-4783.2020v30n4.57350>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto Internacional de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). *In*:

RAYWARD, W. B.; ARNAN RIVED, P. **Hasta la documentación electrónica**. 2.ed. Madrid: Mundana, 1995.

RAYWARD, W. B. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. **Journal of the American Society for Information Science**, Syracuse, v. 45, n. 4, p. 235-259, may 1994. Disponível em:

[https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199405\)45:4%3C235::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Y](https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199405)45:4%3C235::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Y). Acesso em: 25 mar. 2023.

RAYWARD, W. B. Introduction: International exhibitions, Paul Otlet, Henri La Fontaine e the paradox of the Belle Époque. *In*: RAYWARD, W. B. (ed.). **Information beyond borders**: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque. Surrey: Ashgate, 2014.

REIS, H. S. Experiência do Ginásio Estadual Araguaia – GEA: alfabetização de adultos. Manuscrito de depoimento. *In*: RODADA DE DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO NO ARAGUAIA: caminho de luta e resistência, 1., Cuiabá: UFMT, 2013.

REIS, H. S. **Educação popular - alfabetização de adultos**. Guarulhos: [s.n.], [2024]. Manuscrito de depoimento.

RIEUSSET-LEMARIE, I. P. Otlet's Mundaneum and the international perspective in the history of Documentation and Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, Syracuse, v. 48, n. 4, p. 301-309, 1997. Disponível em:

<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/toc/10974571/1997/48/4>. Acesso em: 25 mar. 2023.



ROCHA, M. M. O. Documentação popular: considerações teóricas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 4, n.1, p. 8-14, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/186>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ROCHA, L. A.; COSTA, M. P. Acervo da vergonha: censura e resistência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1758> Acesso em: 25 mar. 2023.

SARVAIS, P. Scholarly networks and international congresses: the orientalist before the First World War. In: RAYWARD, W. B. (ed.). **Information beyond borders**: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque. Surrey: Ashgate, 2014.

SILVA, I. O; MARTINS, G. K. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, e-109562, abr./jun., 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109562>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SOMSEN, G. J. Global Government through science: Pieter Eijkman's plans for a world capital. In: RAYWARD, W. B. (ed.). **Information beyond borders**: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque. Surrey: Ashgate, 2014.

SOUZA, P. **Fininho, o matador com sangue nos olhos**. São Paulo, 06 ago. 2020. R7: Arquivo Vivo: noticias.r7.com. Disponível em: noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/fininho-o-matador-com-sangue-nos-olhos-06082020 Acesso em: 25 mar. 2023.

VAN ACKER, W. Sociology in Brussels, organicism and the idea of a World Society in the Period before the First World War. In: RAYWARD, W. B. (ed.). **Information beyond borders**: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque. Surrey: Ashgate, 2014.

VERBRUGGEN, C.; CARLIER, J. Laboratories of social thought: the transnational advocacy network of the Institut International pour la Diffusion des Expériences Sociales and its Documents du Progrès (1907-1916). In: RAYWARD, W. B. (ed.). **Information beyond borders**: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque. Surrey: Ashgate, 2014.

WOLEDGE, G. "Bibliography" and "Documentation": words and ideas. **Journal of Documentation**, Londres, v.39, n.4, p. 266-279, 1983.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a generosidade de Hélio de Sousa Reis pelos detalhes sobre a atuação de movimentos populares na Vila Fátima, e de Orlando Fantazzini Neto pelas informações sobre o padre Geraldo Mauzeroll e acerca da criação do Cddh-Guarulhos. Ambos também contribuíram fornecendo preciosas fotografias de seus acervos pessoais. Sou igualmente grato pela generosa leitura e contribuições ao manuscrito inicial realizada por Tatiane Pacanaro Trinca, Alcino Leite Neto, Rosemeire Reis, Rosilaine Reis, Michelli Costa e Maria Nélida González de Gómez. Dedico esse texto ao meu tio Hélio.

NOTAS



Concepção e elaboração do manuscrito: R. Rabello
Coleta de dados: R. Rabello
Análise de dados: R. Rabello
Discussão dos resultados: R. Rabello

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Consta em “documento suplementar” comprovações e autorizações relativas à consulta às fontes de testemunho oral e documental. São os documentos de Hélio Reis e de Orlando Fantazzini: 1. E-mails/procurações autorizando uso de imagens; 2. Autorizações de uso de imagens assinadas; 3. Fotografias; 4. Manuscritos; 5. Áudios de Whatsapp.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara
Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Jônatas Edison da Silva,
Mayara Madeira Trevisol, Edna Karina da Silva Lira e Luan Soares Silva.

HISTÓRICO

Recebido em: 28-03-2024 – Aprovado em: 26-08-2024 – Publicado em: 14-10-2024.

